RELATÓRIO METODOLÓGICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS – PILOTO PED, CARUARU E ENTORNO (PE) E AGLOMERADO URBANO SUL (RS)

Objetivo F: Pesquisa Piloto em áreas especiais com metodologia da PED

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT No. 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Economia e Planejamento

Junho, 2007

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Remígio Todeschini

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior

Coordenadora Geral de Emprego e Renda - CGER

Adriana Phillips Ligiéro

© copyright 2006 – Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
2º Andar - Sala 251
Telefone: (61) 3225-6842/317-6581
Fax: (61) 3323-7593
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900
Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394
E-mail: en@DIEESE.org.br
http://www.DIEESE.org.br

Direção Sindical Executiva

João Vicente Silva Cayres– Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim– Vice-presidente – STI Metalúrgicas Mecânicas de Osasco e Região

Tadeu Morais de Sousa– Secretário - STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi e Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT– nº. 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo

Ficha Técnica

Coordenação

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Lúcia Garcia – Coordenadora do Projeto

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Equipe Regional PED´s[1]

Apoio Administrativo

Gilza Gabriela de Oliveira

Maria Neuma Brito

Maria Nilza Macedo

Rosane Rossini

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Fundação SEADE
Fundação de Economia e Estatística – FEE
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

[1] Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
INTRODUÇÃO	09
1. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DE CARUARU E ENTORNO	11
2. O MERCADO DE TRABALHO DO AGLOMERADO URBANO SUL	31
3. JOVENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DAS REGIÕES PESQUISADAS: UM OLHAR SOBRE SEGMENTOS MAIS VULNERÁVEIS	49
4. ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO: AVALIANDO O MERCADO DE TRABALHO DO AGLOMERADO URBANO SUL E DE CARUARU E ENTORNO	55
5. ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO REVELA PECULIARIDADES DOS MERCADOS DE TRABALHO REGIONAIS	58
6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO DAS REGIÕES DE CARUARU E ENTORNO E DO AGLOMERADO URBANO SUL	63
ANEXOS	78
ANEXO1 – Anexo Estatístico	79
ANEXO 2 – Anexo Metodológico	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

Lista de Tabelas, Gráficos e Figuras

GRÁFICO 1 – População em idade ativa, população economicamente ativa, ocupação e desemprego, Região Metropolitana de Recife e Região de Caruaru e Entorno - Set. out e nov. 2006 11

TABAELA 1 – Taxas de participação e desemprego e tempo médio de procura por trabalho na Região de Caruaru e Entorno – Set., out. e nov. de 2006 12

TABELA 2 – Distribuição da população Economicamente Ativa, segundo Atributos Pessoais, Região de Caruaru e Entorno – Set., out. e nov. 2006 13

TABELA 3 – Distribuição dos ocupados segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica, na Região de Caruaru e Entorno – set., out e nov. 2006 16

TABELA 4 – Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, na Região de Caruaru e Entorno – Set., out. e nov. 2006 18

TABELA 5 – Rendimento médio real trimestral dos ocupados, segundo setor de atividade econômica – Região de Caruaru e Entorno – Trimestre - set., out. e nov. 2006 20

GRÁFICO 2 – Rendimento médio real dos ocupados, segundo posição na ocupação – Região de Caruaru e Entorno e Região Metropolitana de Recife - Trimestre - set., out. e nov. 2006 21

TABELA 6 – Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados segundo atributos pessoais e escolaridade - Região de Caruaru e Entorno e Região Metropolitana de Recife - Trimestre - set., out. e nov. 2006 23

TABELA 7 – Rendimento médio dos ocupados e assalariados segundo escolaridade e tempo de permanência no trabalho atual - Região de Caruaru e Entorno e Região Metropolitana de Recife - Trimestre - set., out. e nov. 2006 25

GRÁFICO 3 – Distribuição da massa de rendimentos dos ocupados e dos assalariados, segundo decis de renda - Região de Caruaru e Entorno e Região Metropolitana de Recife - Trimestre - set., out. e nov. 2006 26

GRÁFICO 4 – População em idade ativa, população economicamente ativa, ocupados e desempregados na RMPA e no AUS – set- nov/2006 27

TABELA 8 – Taxas de participação e de desemprego e tempo médio de procura por trabalho no Aglomerado Urbano Sul – set., out. e nov. 2006 29

GRÁFICO 5 – Taxas de desemprego por tipo da RMPA e no AUS – set.-nov/2006 31

TABELA 9 – Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica no Aglomerado Urbano Sul – set. – out – nov/2006 32

GRÁFICO 6 – Distribuição da ocupação no Aglomerado Urbano Sul – set-out-nov/2006 33

GRÁFICO 7 – Distribuição setorial da ocupação na RMPA – set.-out-nov/2006 33

TABELA 10 – Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, no Aglomerado Sul – Set-Out-Nov/2006 35

TABELA 11 – Rendimento médio real trimestral dos ocupados, segundo setor de atividade econômica Aglomerado Urbano Sul – Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006 36

GRÁFICO 8 – Rendimento médio real dos ocupados, segundo posição na ocupação – Aglomerado Urbano Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre – Trimestre set. –out – nov/2006 37

TABELA 12 – Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados segundo atributos pessoais e escolaridade – Aglomerado Urbano Sul - Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006 39

TABELA 13 – Rendimento médio real dos ocupados e assalariados segundo escolaridade e de tempo de permanência no trabalho atual – Aglomerado Urbano Sul – Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006 40

GRÁFICO 9 – Distribuição da massa de rendimentos dos ocupados e dos assalariados, segundo decis de renda – Aglomerado Urbano Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre - Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006 41

FIGURA 1 – Diagrama de construção do Índice de Precarização 49

GRÁFICO 10 – Índice de precarização, geral e por dimensões, RMPA, AUS, RMR e Caruaru e Entorno - Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006 52

TABELA 14 – Índice de precarização, geral e por dimensões, na RMPA, AUS, RMR e Caruaru e Entorno - Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006 54

TABELA 15 – Distribuição das famílias dos programas de transferência de renda, por programa e segundo renda familiar *per capita*, na Região de Caruaru e Entorno - Set - Nov/2006 58

TABELA 16 – Distribuição das famílias participantes dos programas de transferência de renda, por programa e segundo renda familiar *per capita,* Aglomerado Urbano Sul – Set - Nov/2006 59

TABELA 17 – Renda média recebida, por domicílio, por programa de transferência de renda, na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul - Set - Nov/2006 60

TABELA 18 – Trabalhadores por conta própria segundo utilização de crédito, por sexo, posição no domicílio e tempo de exercício da atividade, nas Regiões de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul - Set - Nov/2006 62

TABELA 19 – Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo dificuldades de acesso ao crédito – Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul - Set - Nov/2006 63

TABELA 20 – Dificuldades enfrentadas pelas empresas, cooperativas ou negócios na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul - Set - Nov/2006 64

TABELA 21 – População em idade ativa, segundo realização de curso de qualificação/capacitação profissional por sexo, escolaridade e posição no domicílio na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul - Set - Nov/2006 65

TABELA 22 – População economicamente ativa, segundo realização de curso de qualificação/capacitação profissional por sexo, escolaridade e posição no domicílio na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul - Set - Nov/2006 66

TABELA 23 – População em idade ativa que realizou cursos de qualificação/capacitação profissional, segundo requisitos exigidos, na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado sul 67

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os produtos e atividades desenvolvidas referentes ao item 2.2 do Convênio 098/2005, celebrado entre o DIEESE e o Ministério do Trabalho: Proporcionar assistência técnica à execução das pesquisas regionais (apoio para a manutenção da qualidade na execução das pesquisas regionais).

Especificamente, este relatório apresenta na íntegra a análise produzida pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanual Heuser, resultado do Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2007, celebrado entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanual Heuser – FEE (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 098/2005).

O objetivo deste estudo é proporcionar uma comparação dos mercados de trabalho das Regiões de Caruaru e Entorno, no Estado de Pernambuco, e do Aglomerado Urbano Sul (AUS), no Estado do Rio Grande do Sul e apresentar as informações coletadas nestas pesquisas-piloto sobre o alcance dos programas de transferência de renda nestas regiões, bem como uma melhor caracterização das atividades desenvolvidas pelos pequenos empreendedores e seu acesso ao financiamento público.

Desta forma, os resultados obtidos para estas regiões, através da aplicação de um questionário nos moldes da PED com a inclusão de questões direcionadas para grupos de interesse da política pública, permite dar indicações das possibilidades de geração de informações específicas para subsidiar a política pública direcionada a determinados segmentos populacionais ou com características próprias de inserção no mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

A aplicação da PED nestas regiões teve sua origem em uma iniciativa envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que identificaram a necessidade de que se conhecesse melhor os mercados de trabalho urbanos situados fora das regiões metropolitanas do País. A intuição que norteava esta iniciativa era a de que tais mercados de trabalho pudessem apresentar peculiaridades em termos de suas estruturas e comportamentos, não reproduzindo exatamente as experiências observadas nas regiões metropolitanas do país. Se isto fosse comprovado empiricamente através da aplicação de uma pesquisa domiciliar, as evidências por ela proporcionadas poderiam se constituir em um subsídio à formulação de políticas públicas mais ajustadas às especificidades locais.

Com base nesta compreensão, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006 foi realizada a PED nas Regiões de Caruaru e Entorno, no Estado de Pernambuco, e do Aglomerado Urbano Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi a da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), originalmente desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), instituição vinculada ao governo do Estado de São Paulo. Esta Pesquisa, ao reconhecer que os mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos têm características distintas daquelas observadas nos países avançados, procurou elaborar conceitos de condição de atividade, ocupação e desemprego que buscassem apreender de forma mais adequada o funcionamento desses mercados.

Para se cumprir o propósito da realização da PED nestas duas regiões pilotos no interior dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, os instrumentos de coleta foram adaptados, sem prejuízo de sua comparabilidade com os resultados obtidos para os mercados de trabalho metropolitanos, visando a captação de traços específicos dos mercados de trabalho no interior, bem como a introdução de questões específicas de interesse da política pública. A execução desta pesquisa baseou-se numa amostra de aproximadamente 4.500 domicílios em cada uma das regiões identificadas anteriormente, investigados no período de setembro a novembro de 2006.

A escolha como objeto de investigação das regiões de Caruaru e Entorno e do Aglomerado Urbano Sul se deveu a que, enquanto na primeira delas se nutria a expectativa de que apresentasse

uma maior capacidade de absorção de mão-de-obra, comparativamente à área metropolitana de Recife, a última, por ser reconhecida como uma região economicamente estagnada do Estado do Rio Grande do Sul, evidenciasse maior dificuldade de absorção de mão-de-obra. Portanto, a situação do mercado de trabalho de cada uma das regiões que foram objeto de investigação poderia revelar características diferenciadas em relação às Regiões Metropolitanas de Recife e de Porto Alegre, para as quais se dispunha de dados produzidos pela PED, com o que se tornaria factível a realização de contrastes entre essas diferentes localidades.

De fato, os resultados da aplicação da Pesquisa na Região de Caruaru e Entorno e no Aglomerado Urbano Sul revelaram, em linhas gerais, uma série de diferenças marcantes entre os mercados de trabalho destas regiões e os metropolitanos de Recife e de Porto Alegre. Neste sentido, a Região de Caruaru e Entorno, na comparação com a de Recife, evidenciou maior participação de sua População em Idade Ativa em atividades laborais, menor nível de desemprego, maior parcela da ocupação inserida na indústria de transformação, em ocupações autônomas e sem registros formais, bem como baixos níveis de rendimentos. Por sua vez, a Região do Aglomerado Urbano Sul, em comparação à de Porto Alegre, mostrou menor engajamento da População em Idade Ativa no mercado de trabalho, desemprego em nível mais elevado, menor participação da indústria de transformação na ocupação, maior parcela relativa da ocupação inserida no emprego doméstico, assim como níveis relativamente baixos de rendimentos.

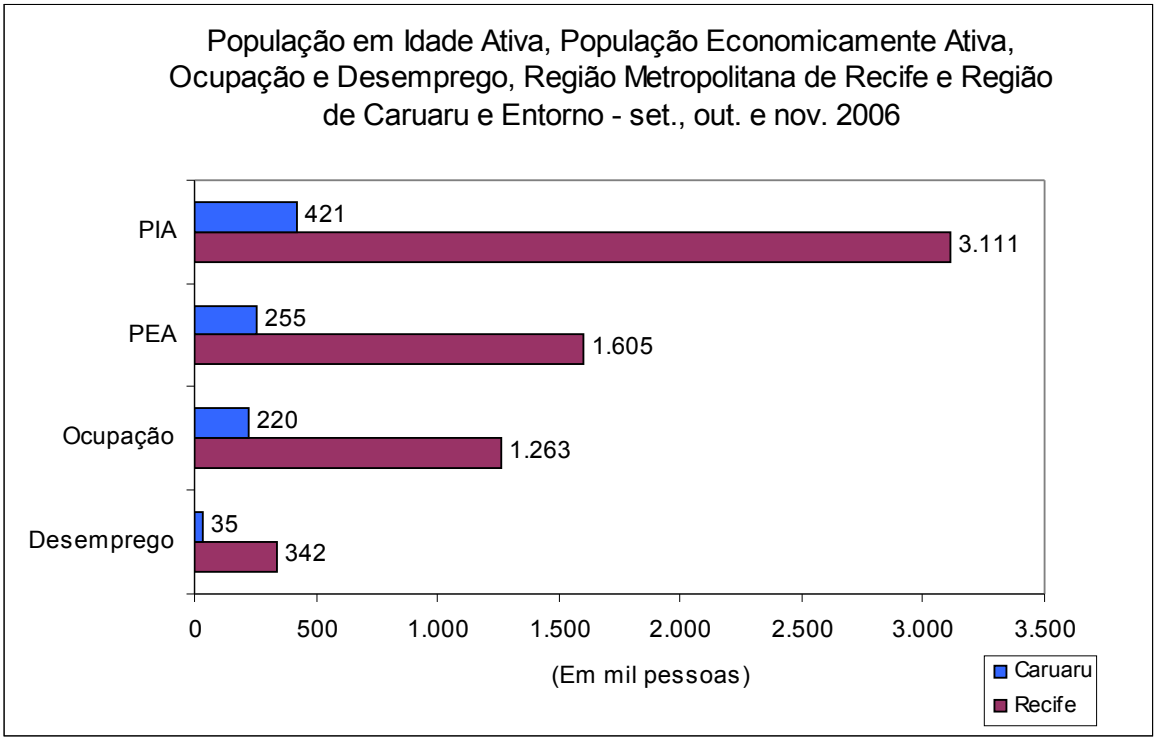
Com base nos resultados da Pesquisa, que serão expostos de forma detalhada no corpo deste Relatório, ficou reforçada a compreensão de que as políticas públicas para o mercado de trabalho, conquanto contemplem linhas gerais para o País como um todo, devem procurar se adaptar às especificidades locais, com o propósito de aumentar a sua possibilidade de êxito e efetividade.

Este Relatório Técnico encontra-se assim estruturado: na primeira parte, são apresentados os principais resultados da Pesquisa na Região de Caruaru e Entorno, contemplando-se a participação da população em atividades laborais, desemprego, ocupação e rendimentos, sob diferentes recortes; na segunda, são expostos os resultados da Pesquisa no Aglomerado Urbano Sul, com idêntica estrutura de tópicos; segue-se um exercício comparativo dos mercados de trabalhos das regiões, usando uma medida sintética de aferição da precariedade do mercado de trabalho; por fim, na última parte, são apresentados e comentados os dados obtidos pela Pesquisa sobre o acesso a algumas políticas públicas que têm sido executadas em ambas as regiões.

1. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DE CARUARU E ENTORNO

Neste Relatório, a Região de Caruaru e Entorno do Estado de Pernambuco foi delimitada como englobando os municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. De acordo com o levantamento realizado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, havia, nessa Região, uma População em Idade Ativa de 421 mil indivíduos (Gráfico 1). Desse contingente populacional, constituíam a População Economicamente Ativa (PEA) da Região de Caruaru e Entorno 255 mil pessoas, das quais 220 mil estavam ocupadas e 35 mil desempregadas. Para se ter uma referência comparativa da dimensão dessa Região nesse mesmo período, a PIA da Região Metropolitana de Recife era de 3.111 mil indivíduos, a PEA de 1.605 mil indivíduos, sendo que, desta, 1.263 mil estavam ocupados e 342 mil desempregados (Gráfico 1).

GRÁFICO 1



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE.

Participação no mercado de trabalho

Analisando-se o grau de engajamento da PIA em atividades laborais, na Região de Caruaru e Entorno, constata-se que esta registrava uma taxa de participação[2] de 60,5% no trimestre relativo aos meses de setembro, outubro e novembro de 2006 (Tabela 1). Essa taxa de participação se encontrava bastante acima daquela observada na RMR, em igual período (51,6%) (Tabela A anexo). Uma tentativa de explicação para essa diferença tão acentuada entre as taxas de participação das duas regiões é a de que a Região de Caruaru e Entorno, por ter uma economia mais assentada em atividades intensivas em mão-de-obra, estimula um maior engajamento da PIA no mercado de trabalho local *vis-à-vis* à RMR.

TABELA 1

Taxas de participação e de desemprego e tempo médio de procura por trabalho na Região de Caruaru e Entorno - Set., Out. e Nov. de 2006

(%)

ATRIBUTOS	Taxa de desemprego				Tempo médio de procura (meses)	Taxa de Participação
	Total	Aberto	Oculto Trabalho precário	Oculto Desalento		
Total	13,7	7,5	4,4	(1)	11	60,5
Sexo						
Homens	12,2	6,3	4,8	(1)	12	71,6
Mulheres	15,5	9,1	3,8	(1)	11	50,7
Idade (anos)						
de 10 a 15 anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	19,2	12,0	4,9	(1)	9	74,1
De 25 a 39 anos	12,7	7,1	4,2	(1)	13	80,9
40 anos e mais	8,9	3,3	4,0	(1)	15	51,2
Posição no domicílio						
Chefe	8,9	3,8	4,3	(1)	13	71,5
Cônjuge	12,3	6,6	(1)	(1)	13	53,8
Demais membros	19,7	12,1	5,3	(1)	10	54,9

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE e DIEESE
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

As principais características da PEA da Região de Caruaru e Entorno, segundo diferentes atributos pessoais, podem ser assim resumidas: ela é composta majoritariamente por homens (55,7% da PEA total contra 44,3% de mulheres); principalmente de trabalhadores adultos de 25 a 39 anos (38,5% da PEA total), mas com uma proporção acentuada de trabalhadores jovens, de 10 a 24 anos

[2] Taxa de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

(32,0%); por chefes de domicílio (41,8% da PEA total); e por trabalhadores de baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto (45,7% da PEA total) - Tabela 2.

TABELA 2

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo Atributos Pessoais, Região de Caruaru e Entorno - Set., Out. e Nov. 2006

(%)

PEA por atributos pessoais	Distribuição
Total	**100,0**
Sexo	
Homens	55,7
Mulheres	44,3
Faixa Etária	
10 a 17 Anos	8,0
18 a 24 Anos	24,0
25 a 39 Anos	38,5
40 Anos e Mais	29,5
Posição no Domicílio	
Chefe	41,8
Cônjuge	20,6
Demais membros	37,6
Nível de Instrução	
Analfabeto	11,1
Fundamental Incompleto	45,7
Fundamental Completo a Médio Incompleto	16,9
Médio Completo a Superior Incompleto	21,6
Superior Completo	4,6

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE e DIEESE

Quando se examina a participação no mercado de trabalho da Região de Caruaru e Entorno segundo diferentes atributos pessoais, destacam-se diversos aspectos (Tabela 1). Os homens possuíam, no trimestre em análise, uma taxa de participação bastante superior à das mulheres, sendo a dos primeiros de 71,6%, e a das últimas, de 50,7%. Essa diferença, desfavorável à população feminina, deve-se mencionar, é também encontrada no mercado de trabalho da RMR (Tabela A anexo) e ainda se constitui em uma característica do mercado de trabalho brasileiro. Assim, embora diversos estudos apontem que esteja ocorrendo um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o grau de engajamento em atividades laborais desse segmento populacional continua sendo inferior ao da população masculina, o que também se reproduz na Região de Caruaru e Entorno.

No que diz respeito ao recorte etário da PIA, os adultos de 25 a 39 anos eram aqueles que evidenciavam a maior taxa de participação na Região de Caruaru e Entorno, sendo esta de 80,9% (Tabela 1). Os jovens de 16 a 24 anos, com uma taxa de participação de 74,1%, registravam o segundo maior nível de engajamento no mercado de trabalho dessa Região. Assinale-se que os jovens, na RMR, apresentavam uma taxa de participação bastante inferior à da Região de Caruaru e Entorno (56,7%) (Tabela A anexo). Nesse sentido, poder-se-ia levantar a questão de que se uma intensidade de participação no mercado de trabalho como a revelada pelos jovens da Região de Caruaru e Entorno não poderia ser um óbice à progressão escolar, dado que os indivíduos desse segmento populacional estão também inseridos, muitas vezes, em atividades de formação educacional.

Em termos de posição no domicílio, os chefes registravam uma taxa de participação de 71,5% na Região de Caruaru e Entorno, os demais membros, de 54,9%, e os cônjuges, de 53,8% (Tabela 1). O fato de os chefes apresentarem a taxa de participação mais elevada é um resultado bastante esperado, dado que essa posição é a que tem a maior responsabilidade com a provisão econômica e material do domicílio. Para propósitos comparativos, cabe mencionar que os chefes de domicílio na Região de Caruaru e Entorno tinham uma taxa de participação superior à observada na RMR, que era de 63,2% (Tabela A anexo).

Desemprego

A taxa de desemprego total na Região de Caruaru e Entorno era de 13,7% da PEA no trimestre relativo aos meses de setembro, outubro e novembro de 2006 (Tabela 1). Como referência comparativa, assinala-se que essa taxa de desemprego era bastante inferior àquela registrada na RMR, no mesmo período (21,3%) - Tabela A anexo. Assim, essas evidências parecem também indicar que a economia da Região de Caruaru e Entorno é mais intensiva em mão-de-obra, pois consegue combinar maior taxa de participação, como visto anteriormente, com menor nível de desemprego.

Em termos de desemprego, a metodologia da PED permite decompô-lo em desemprego aberto e desemprego oculto.[3] Conforme se pode constatar, a taxa de desemprego aberto na Região de Caruaru e Entorno, no trimestre em análise, era de 7,5%, e a de desemprego oculto, de 6,2% (Tabela 1). Esses resultados estão a indicar que o desemprego aberto contribuía relativamente menos, na Região de Caruaru e Entorno, para a composição da taxa de desemprego comparativamente à RMR,

[3] Sobre os conceitos de desemprego da PED, ver Anexo Metodológico deste Relatório.

onde, nesse mesmo período, a taxa de desemprego aberto era de 13,3%, e a de desemprego oculto, de 8,0% (Tabela A anexo).

Segmentando-se a PEA por atributos pessoais, constata-se que, na Região de Caruaru e Entorno, a taxa de desemprego total era mais elevada entre a população feminina (15,5%) comparativamente à masculina (12,2%) (Tabela 1). Novamente, trata-se de uma característica que é bastante reconhecida no mercado de trabalho do País como um todo, bem como nos mercados de trabalho metropolitanos. Todavia, na Região em estudo, ela se mostrou menos intensa do que, por exemplo, na RMR, onde a taxa de desemprego das mulheres era de 25,2%, e a dos homens, de 18,0% (Tabela A anexo). Aqui, aventa-se a possibilidade da existência de discriminação no mercado de trabalho, pois, dentre outros aspectos, a população feminina tem melhor nível de educação formal comparativamente à masculina.

Os jovens constituíam o grupo etário no qual a incidência do desemprego era a mais elevada na Região de Caruaru e Entorno, sendo a sua taxa de desemprego de 19,2% no trimestre em análise muito superior, portanto, à média do mercado de trabalho dessa Região (Tabela 1). Uma situação tão ou mais desfavorável aos jovens em termos de desemprego também foi observada no âmbito da RMR, pois a sua taxa de desemprego era de 38,2% (Tabela A anexo). Essa elevada incidência do desemprego entre os jovens, contribui para reafirmar a necessidade de políticas públicas para enfrentar o problema do desemprego entre os integrantes desse segmento populacional. Em termos desse recorte de análise, caberia ainda mencionar que os trabalhadores adultos de 25 a 39 anos da Região de Caruaru e Entorno registravam taxa de desemprego de 12,7%, enquanto os trabalhadores mais maduros, de 40 anos e mais, apresentavam taxa de desemprego de 8,9%.

Conforme a posição no domicílio em que residiam, os indivíduos que se encontravam na posição de demais membros eram aqueles que sofriam a maior incidência de desemprego na Região de Caruaru e Entorno (19,7%), seguidos dos cônjuges (12,3%) e dos chefes (8,9%) (Tabela 1). Tal ordenação de tamanho das taxas de desemprego, assinale-se, também era observada na RMR (Tabela A anexo). Como constatação geral, pode-se afirmar que a configuração dessa hierarquia entre as taxas de desemprego é relevante, na medida em que os chefes, que apresentam taxas de desemprego relativamente menores, são os principais responsáveis pela manutenção material e econômica dos domicílios em que residem.

Quanto à duração do desemprego, os indivíduos na Região de Caruaru e Entorno registravam um período médio de procura por trabalho de 11 meses, portanto, um tempo de procura próximo ao da definição de desemprego de longo prazo (Tabela 1). Esse tempo médio de procura de trabalho encontrava-se um mês acima daquele registrado na RMR (Tabela A anexo). De acordo com os diferentes recortes da PEA na Região de Caruaru e Entorno, os indivíduos que mostravam o maior tempo de procura por trabalho eram os de 40 anos e mais (15 meses), seguidos dos de 25 a 39 anos, dos chefes e dos cônjuges (com 13 meses).

Ocupaç ão

Na Região de Caruaru e Entorno, serviços era o setor que detinha a maior parcela relativa da ocupação no trimestre setembro, outubro e novembro de 2006 (34,0%), seguido pela indústria de transformação (30,0%) e pelo comércio (21,2%) (Tabela 3). Com participações relativas bem menores na ocupação da Região estavam os serviços domésticos (5,5%), a construção civil (4,9%) e o agregado outros (4,4%). Tal distribuição setorial da ocupação na Região de Caruaru e Entorno era muito distinta da existente na RMR, na qual os serviços representavam, no mesmo período, 53,9% da ocupação, o comércio, 19,3%, e a indústria de transformação, apenas 9,0% (Tabela B anexo). Essas evidências estão a indicar que a estrutura produtiva, apreendida pela ocupação, é bastante peculiar na Região de Caruaru e Entorno, particularmente no que se refere ao peso relativo das atividades da indústria de transformação. Dentre outros aspectos, isso se deve ao desenvolvimento da indústria local de vestuário, especialmente à de confecção de peças feitas de algodão e malhas, bem como do artesanato.

TABELA 3

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica, na Região de Caruaru e Entorno - Set., Out. e Nov. 2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos	Outros
Total	100,0	30,0	21,2	34,0	4,9	5,5	4,4
Sexo							
Homens	100,0	26,5	22,5	34,9	8,6	(1)	6,5
Mulheres	100,0	34,4	19,5	32,8	(1)	11,4	(1)
Idade (anos)							
de 10 a 15 anos	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	100,0	39,9	22,0	26,1	(1)	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	31,0	19,4	36,1	5,6	5,3	(1)
40 anos e mais	100,0	18,6	22,7	39,7	6,6	(1)	(1)
Escolaridade							
Analfabeto	100,0	22,7	18,0	21,0	(1)	(1)	16,9
Ensino fundamental incompleto	100,0	35,7	18,2	27,7	6,4	7,1	(1)
Ensino fundamental completo	100,0	34,9	25,7	30,8	(1)	(1)	(1)
Ensino médio completo	100,0	23,5	26,4	46,1	(1)	(1)	(1)
Ensino superior completo	100,0	(1)	(1)	74,3	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE e DIEESE
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Segmentando-se a ocupação por sexo, outra característica peculiar da Região de Caruaru e Entorno revelada pela Pesquisa é a de que as mulheres estão mais concentradas na indústria de transformação, que representava 34,4% da ocupação desse contingente populacional, o que parece ser

uma característica própria da Região, que não se reproduz em outras localidades do País, como a RMR (Tabela 3 e Tabela B anexo). Os homens ocupados, por sua vez, concentravam-se mais nos serviços, com 34,9% de seu contingente nele inserido.

Quanto à distribuição setorial da ocupação por faixas etárias, os jovens de 16 a 24 anos tinham a sua maior parcela relativa de ocupados na indústria de transformação da Região de Caruaru e Entorno (39,9%) - Tabela 3. Já os trabalhadores adultos de 25 a 39 anos e os trabalhadores maduros de 40 anos e mais encontravam-se mais inseridos nos serviços, que possuía participações relativas na ocupação de cada um desses segmentos populacionais de 36,1% e 39,7% respectivamente. Quando se comparam esses dados com os da RMR, constata-se que os ocupados das diferentes faixas estão majoritariamente inseridos nos serviços (Tabela B anexo).

Na Região de Caruaru e Entorno, as maiores parcelas relativas da ocupação nos níveis de escolaridade fundamental incompleto (35,7%) e fundamental completo (34,9%) encontram-se na indústria de transformação (Tabela 3). De outra parte, as maiores participações relativas na ocupação com escolaridade média completa (46,1%) e superior completa (74,3%) pertencem aos serviços. Os ocupados com escolaridade média completa, inclusive, estão mais presentes no comércio (26,4%) do que na indústria de transformação (23,5%). Esses dados revelam que, se, por um lado, a indústria de transformação tem um papel relevante na absorção de mão-de-obra na Região de Caruaru e Entorno, por outro, incorpora trabalhadores com nível de educação formal relativamente baixo.[4] Contrastando-se essa situação com a da RMR, observa-se que as maiores parcelas relativas de ocupados em todas as faixas de escolaridade estavam em serviços, sendo que a sua participação na ocupação cresce com o aumento do nível de escolaridade dos indivíduos (Tabela B anexo).

Em termos de estrutura ocupacional, os trabalhadores da Região de Caruaru e Entorno encontram-se inseridos, principalmente, na condição de assalariados (44,6% da ocupação total) e, logo após, na de autônomos (36,4%) - Tabela 4. Pode-se ainda mencionar que os empregados domésticos representavam 5,5% da ocupação da Região. Essa distribuição da ocupação por posição era bastante distinta daquela existente na RMR no trimestre setembro, outubro e novembro de 2006: nessa Região, o emprego assalariado detinha 59,7% da ocupação total, e o trabalho autônomo, 23,5% (Tabela C anexo). Portanto, do ponto de vista comparativo, esses dados podem-se constituir em uma indicação de que o mercado de trabalho da Região de Caruaru e Entorno convive com níveis mais

[4] Pode-se ainda assinalar que a maior proporção de trabalhadores ocupados analfabetos (22,7%) está inserida na indústria de transformação da Região de Caruaru.

elevados de precariedade, dada a maior proporção de trabalhadores ocupados autônomos que ele abriga. Ademais, esse entendimento fica reforçado quando se constata que mais da metade dos assalariados no setor privado da Região de Caruaru e Entorno não tinha registros formais.

TABELA 4

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, na Região de Caruaru e Entorno - Set., Out. e Nov. 2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Assalariados					Autônomos	Empregados domésticos	Outros
		Total	Setor público	Setor privado					
				total	com carteira	sem carteira			
Total	100,0	44,6	7,4	37,0	18,3	18,7	36,4	5,5	13,5
Sexo									
Homens	100,0	46,7	6,1	40,3	20,6	19,7	38,1	(1)	14,2
Mulheres	100,0	41,9	9,1	32,8	15,4	17,4	34,1	11,3	12,7
Idade (anos)									
de 10 a 15 anos	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	24,5
De 16 a 24 anos	100,0	58,7	(1)	56,5	23,0	33,5	24,1	6,1	11,1
De 25 a 39 anos	100,0	44,9	7,9	36,9	21,4	15,5	38,2	5,3	11,6
40 anos e mais	100,0	33,0	12,3	20,6	12,2	8,4	45,3	(1)	16,7
Escolaridade									
Analfabeto	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	49,4	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	100,0	36,1	(1)	33,5	13,5	20,0	42,6	7,1	14,2
Ensino fundamental completo	100,0	46,4	(1)	41,8	18,8	23,0	35,2	(1)	14,5
Ensino médio completo	100,0	64,6	12,8	51,4	32,1	19,3	23,1	(1)	10,3
Ensino superior completo	100,0	69,2	45,5	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE e DIEESE
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Examinando-se a estrutura ocupacional de forma desagregada, constata-se que, na Região de Caruaru e Entorno, uma proporção maior de homens assalariados (19,7%) não possuía carteira de trabalho assinada, comparativamente às mulheres (17,4%), ainda que os primeiros apresentassem uma maior proporção de trabalhadores autônomos ocupados (38,1%) do que as últimas (34,1%) - Tabela 4. O setor público estava mais presente na ocupação feminina (9,1%) do que na masculina (6,1%), provavelmente devido às atividades de ensino, nas quais predominam as mulheres.

Os jovens de 16 a 24 anos da Região de Caruaru e Entorno são majoritariamente trabalhadores assalariados (58,7%) - Tabela 4. Destes, uma proporção extremamente elevada não possui registros formais (33,5%), o que indica uma condição de precariedade do emprego muito superior à média dessa Região, bem como daquela da RMR (Tabela C anexo). Os trabalhadores adultos de 25 a 39 anos da Região de Caruaru e Entorno eram principalmente assalariados (44,9%), enquanto os trabalhadores maduros ocupados de 40 anos e mais estavam mais concentrados na posição de autônomos (45,3%).

O trabalho autônomo da Região de Caruaru e Entorno apresentava as maiores parcelas relativas de ocupados sem escolaridade (49,4%) e com escolaridade fundamental incompleta (42,6%) - Tabela 4. Por sua vez, os assalariados possuíam maiores participações relativas entre os ocupados com escolaridade fundamental completa (46,4%), média completa (64,6%) e superior completa (69,2%). Quando se compara essa realidade com a da RMR, constata-se que os assalariados eram predominantes em todas as faixas de escolaridade, bem como que a sua participação na ocupação crescia com a elevação do nível de educação formal dos indivíduos (Tabela C anexo).[5] No que diz respeito à Região de Caruaru e Entorno, os dados indicam, dentro de certos limites, que as condições de inserção na ocupação são mais difíceis entre os trabalhadores autônomos, face ao menor nível de educação formal prevalecente entre eles. Pode-se ainda assinalar que, no âmbito do setor privado, entre os trabalhadores assalariados com níveis relativamente mais baixos em termos de educação formal nesta Região, há predominância daqueles sem registros formais.

Rendimentos

No que se refere aos rendimentos do trabalho, a marca prevalecente na região de Caruaru em Entorno são os baixos níveis de rendimentos médios, uma vez que em vários dos recortes analíticos utilizados para examinar a distribuição dos rendimentos entre diferentes grupos de trabalhadores, o valor desses rendimentos se situava não muito distante, embora superior, do salário mínimo legal, de R$ 350 à época da Pesquisa.

Tomado-se o conjunto dos trabalhadores da região, o rendimento médio real, no trimestre set.-nov./06 era de R$ 485, em valores de outubro daquele ano. Considerando os principais setores de atividade econômica, o valor dos rendimentos médios reais, embora siga o padrão geralmente observado nas Regiões Metropolitanas, com os maiores ganhos auferidos no setor serviços (R$ 584), difere quanto ao setor que se apresenta em segundo lugar, no caso, o comércio (R$ 524), quando geralmente aparece a indústria. Este último setor vem colocado em terceiro lugar, com rendimentos médios não muito distantes daqueles pagos na construção civil (R$ 441 e R$ 404 respectivamente). No conjunto dos setores de atividade, os menores patamares de remuneração foram verificados nos serviços domésticos (R$ 219), o que também é uma característica do mercado de trabalho, uma vez que os rendimentos desse segmento são geralmente pautados pelo valor do salário mínimo. Note-se

[5] A única exceção era a dos trabalhadores ocupados analfabetos da RMR, dentre os quais eram majoritários os autônomos.

que, nessa região, os rendimentos médios dos serviços domésticos situam-se bem abaixo do valor do salário mínimo legal, sendo esse mais um fator que indica o baixo grau de formalização dos vínculos de trabalho, contrariando, portanto, as normas da legislação trabalhista e previdenciária. (Tabela 5).

TABELA 5

Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica
Região de Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS
Total de Ocupados	**485**
Indústria	441
Comércio	524
Serviços	584
Construção Civil	404
Serviços Domésticos	219
Demais	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.
Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

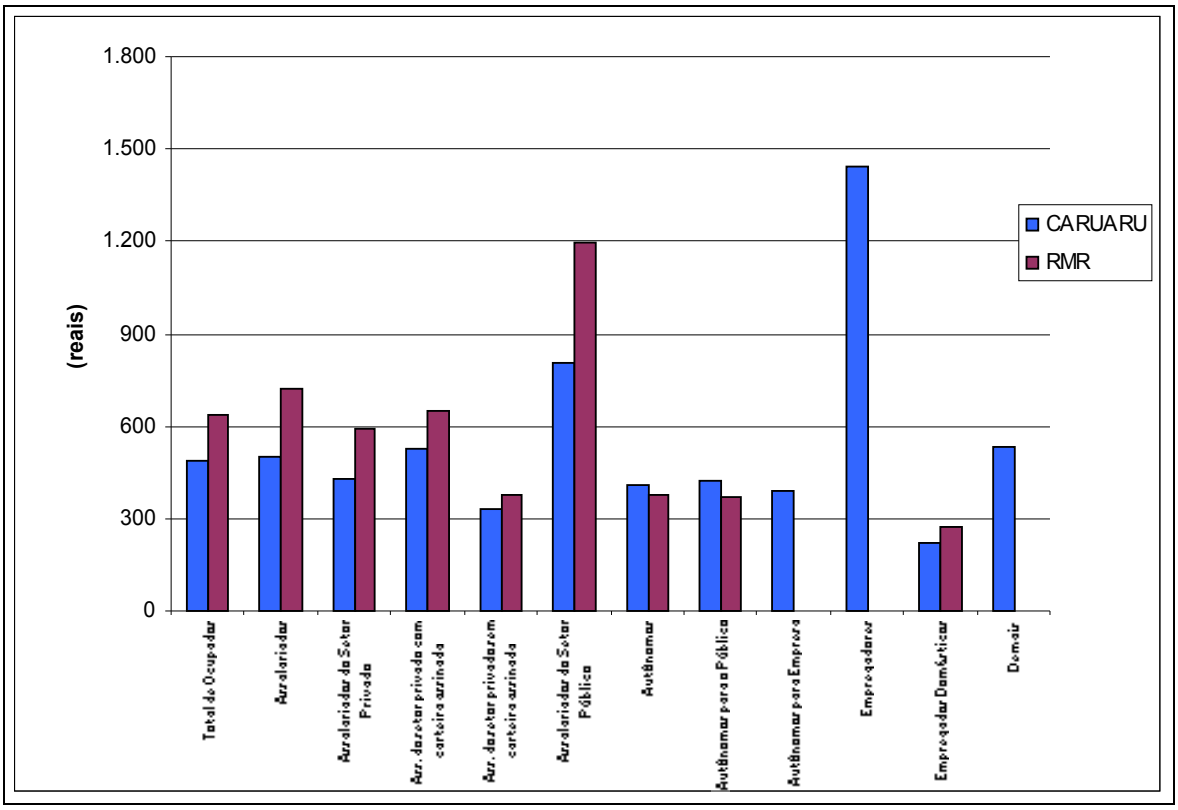
Na RMR, os rendimentos auferidos pelos trabalhadores são, via de regra, superiores aos observados em Caruaru e Entorno. O rendimento médio real no trabalho principal foi de R$ 635 no trimestre em foco, quase um terço (30,9%) superior ao observado em Caruaru e Entorno. Dentre os principais setores de atividade econômica, o valor mais elevado era pago no setor serviços (R$ 754), do mesmo modo que em Caruaru e Entorno, seguindo-se a indústria e depois o comércio (Tabela D anexo), invertendo-se, portanto, a ordem observada nesta última região referida.

A desagregação por posição na ocupação mostra que, entre os principais grupos de trabalhadores da região de Caruaru e Entorno, os assalariados auferiam os rendimentos médios mais elevados, de R$ 499, valor 22,6% superior ao registrado para os autônomos (R$ 407), o segundo maior contingente de trabalhadores.

Dentre os assalariados, o rendimento médio dos empregados no setor público (R$ 805) foi quase duas vezes maior que o auferido no setor privado (R$ 432). No conjunto dos autônomos, é singular o fato de que os que trabalhavam para o público detinham rendimentos médios superiores aos que trabalhavam para empresa (R$ 422 e R$ 387 respectivamente), uma vez que é mais comum estes últimos auferirem rendimentos maiores (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Rendimento médio real dos ocupados, segundo posição na ocupação
Região de Caruaru e Entorno e Região Metropolitana de Recife
Trimestre Set-Out-Nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE

Considerando-se a formalização do vínculo empregatício no setor privado, o salário médio real dos trabalhadores com carteira assinada foi equivalente a R$ 525, um valor 56,7% superior ao registrado para os assalariados sem carteira assinada, cujo salário médio era de R$ 335, situando-se, portanto, abaixo do salário mínimo legal. Os mais baixos rendimentos médios foram observados para os empregados domésticos (R$ 219).

Comparativamente aos rendimentos auferidos pelos trabalhadores da RMR, observam-se, do mesmo modo que o registrado para os setores de atividade econômica, rendimentos mais elevados para todas as categorias de trabalhadores, conforme a posição na ocupação, obedecendo, em ambos os casos, a uma hierarquia semelhante. Cabe destacar, todavia, a maior diferença no rendimento médio auferido pelos trabalhadores do setor privado com e sem carteira assinada, tendo em vista que o valor registrado para os primeiros era 71,7% maior que o observado para os sem carteira assinada,

indicando que a não legalização do vínculo empregatício pode implicar perdas salariais consideráveis (Tabela E anexo).

Os rendimentos do trabalho também se distribuem de forma diversa, conforme os atributos pessoais dos trabalhadores, revelando discriminações ou valorizações diferentes no mercado de trabalho. Assim, a análise dos rendimentos por gênero mostra valores mais elevados para os trabalhadores homens comparativamente ao segmento feminino, repetindo o padrão de discriminação tradicionalmente verificado no mercado de trabalho brasileiro. Note-se que essa diferença é mais acentuada entre os ocupados (o rendimento médio das mulheres era equivalente a 72,4% do rendimento dos homens), do que entre os assalariados (as mulheres tinham um salário médio que equivalia a 89,8% daquele pago aos homens nessa condição) –Tabela 6.

No recorte por idade, os jovens de 16 e 24 anos auferiam os menores rendimentos médios, com valores que mal ultrapassavam o salário mínimo (R$ 354 para os ocupados e R$ 366 para os assalariados), observando-se uma elevação dos rendimentos com o aumento da idade. O valor maior foi observado entre os assalariados com 40 anos ou mais – R$ 717 face aos R$ 594 dos ocupados.

De acordo com a posição que os trabalhadores detinham no domicílio em que residiam, os rendimentos médios mais elevados foram observados para os chefes de domicílio – que geralmente têm a maior responsabilidade no orçamento familiar –, seja entre os ocupados (R$ 606), seja entre os assalariados (R$ 614). Dentre os ocupados seguem-se o segmento de cônjuges e, com os menores rendimentos, os demais membros. Para os assalariados, essa situação se inverte, dado que os demais membros auferem rendimentos médios mais elevados que o segmento de cônjuges. Esta parece ser mais uma peculiaridade da região de Caruaru e Entorno, vinculada à baixa presença de mulheres assalariadas em condições mais favoráveis de inserção ocupacional – geralmente associadas à legalização do vínculo empregatício –, cuja parcela ficava em torno de apenas um quarto do total de mulheres ocupadas (15,4% eram assalariadas do setor privado com registro em carteira, e 9,1% estavam no setor público).

Quanto aos rendimentos do trabalho e sua relação com o grau de escolaridade dos trabalhadores, observa-se, na Tabela 6, que o rendimento se eleva com o aumento da escolaridade, indicando a importância da educação na obtenção de melhores rendimentos. Verifica-se que essa elevação é pouco expressiva, ao se passar do ensino fundamental incompleto para o completo, ao passo que há uma diferença relevante entre os rendimentos dos trabalhadores com ensino médio

completo e aqueles com ensino superior completo. Via de regra, estes últimos auferiam mais do que o dobro do rendimento dos primeiros, com valores que atingiam R$ 1.312 para os ocupados e R$ 1.314 para os assalariados.

TABELA 6

Rendimento Médio Real dos ocupados e dos assalariados segundo atributos pessoais e escolaridade
Região de Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

ATRIBUTOS	RENDIMENTOS	
	Ocupados	Assalariados
Total	485	500
Sexo		
Homens	551	522
Mulheres	399	469
Idade (anos)		
de 10 a 15 anos	141	180
De 16 a 24 anos	354	366
De 25 a 39 anos	514	514
40 anos e mais	594	717
Posição no domicílio		
Chefe	606	614
Cônjuge	424	524
Demais membros	360	584
Escolaridade		
Analfabeto	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	397	392
Ensino fundamental completo	461	393
Ensino médio completo	590	554
Ensino superior completo	1312	1314

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na RMR, observa-se que a situação dos rendimentos conforme os atributos pessoais e a escolaridade dos trabalhadores apresenta uma hierarquia similar à verificada na região de Caruaru e Entorno, ressalvando-se, no entanto, que em praticamente todos os recortes analisados, se manteve a característica, já evidenciada em outros momentos de o valor dos rendimentos na RMR se situarem em patamar superior ao registrado em Caruaru e Entorno. Houve apenas duas exceções a essa regra, sendo que as diferenças de rendimentos foram pouco expressivas: entre os ocupados, aqueles com ensino fundamental incompleto tinham rendimento superior na região de Caruaru e Entorno, comparativamente a esse segmento na RMR (R$ 397 e R$ 365 respectivamente); no subconjunto de assalariados, esse fato acontecia para o grupo denominado *demais membros* – trabalhadores que não

ocupam a posição de chefe ou cônjuge no domicílio em que residem, geralmente os filhos, parentes, etc. – cujos rendimentos eram de R$ 584 e R$ 521 respectivamente (Tabela F anexo).

Ao se examinar o rendimento médio dos trabalhadores considerando sua escolaridade e o tempo médio de permanência no trabalho que estão exercendo – trabalho atual –, constata-se que há uma relação direta entre as variáveis, ou seja, em ambos os recortes segundo o tempo de permanência no trabalho – até um ano e mais de um ano –, à medida que aumenta a escolaridade, eleva-se o rendimento auferido e os trabalhadores com mais de um ano no mesmo trabalho auferiam rendimento mais elevado, comparativamente àqueles com até um ano, em todos os níveis de escolaridade. Esse é um resultado esperado, uma vez que, no mercado de trabalho, são valorizadas a qualificação – que pode ser medida pela escolaridade – e a experiência – obtida com o maior tempo de permanência no trabalho.

Considerando-se o tempo de permanência, a diferença mais acentuada ocorre entre os trabalhadores com ensino superior completo: para os ocupados, o rendimento praticamente dobra para aqueles com mais de um ano no trabalho (R$ 1.424) relativamente aos com até um ano (R$ 726); e, entre os assalariados, o ganho é ainda maior, com um rendimento 132% mais elevado na mesma comparação (R$ 1.453 e R$ 627 respectivamente) – Tabela 7.

Sob um outro ângulo de análise, observa-se que as diferenças são pouco expressivas para trabalhadores com ensino fundamental – incompleto ou completo –, os quais auferiam rendimento com valores relativamente próximos, no interior de cada recorte analítico, conforme o tempo médio de permanência no trabalho. Note-se que as diferenças são menores entre os assalariados, tanto para aqueles com até um ano de permanência no trabalho quanto para os com mais de um ano. Entre estes últimos ocorre a única exceção à regra antes referida, pois o salário médio dos trabalhadores com ensino fundamental completo (R$ 431) era um pouco inferior ao dos que tinham o fundamental incompleto ((R$ 450). Ao contrário, observa-se uma diferença expressiva nos rendimentos auferidos entre os trabalhadores com ensino médio completo e os com superior completo, em especial entre os assalariados. Isto é, o valor do rendimento médio para trabalhadores com o nível mais alto de escolaridade era, para aqueles com até um ano no trabalho atual, ao redor de 60% mais elevado que o registrado para o nível imediatamente anterior, ao passo que apresentava um valor maior do que o dobro para aqueles com mais de um ano no trabalho atual, nessa mesma comparação (os valores eram

de R$ 682 e R$ 1.424 para os ocupados com ensino médio e superior, respectivamente, e de R$ 628 e R$ 1.453 para os assalariados) – Tabela 7.

TABELA 7

Rendimento médio dos ocupados e assalariados segundo escolaridade e tempo de permanência no trabalho atual
Região de Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

ESCOLARIDADE	OCUPADOS		ASSALARIADOS	
	Tempo de Permanência			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Analfabeto	(1)	(1)	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	286	470	322	450
Ensino fundamental completo	348	553	354	431
Ensino médio completo	418	682	414	628
Ensino superior completo	726	1424	627	1453

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.

(1) A Amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

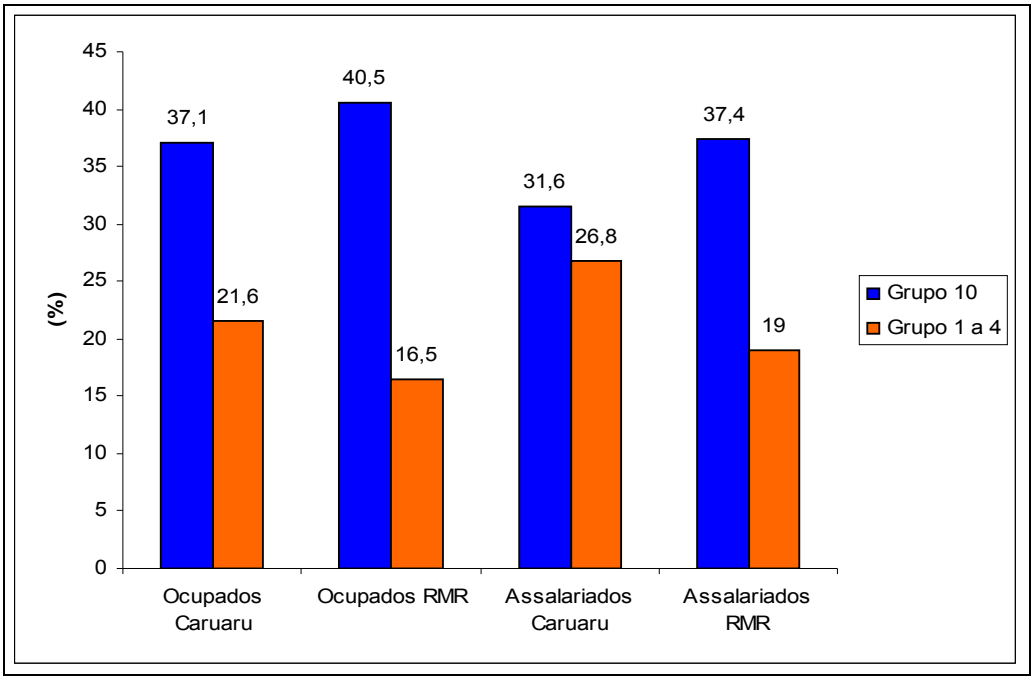
A concentração dos rendimentos do trabalho, que caracteriza a sociedade brasileira desde longa data, manifesta-se igualmente nos espaços regionais do interior do Estado de Pernambuco, como se depreende da análise do Gráfico 3. Considerando a distribuição da massa de rendimentos, os dados mostram que o grupo dos 10% com maiores rendimentos absorvia a maior parcela da massa total de rendimentos comparativamente aos demais grupos, a qual era mais elevada entre os ocupados (37,1%) do que entre os assalariados (31,6%). Sendo assim, em relação à parcela que cabia aos 40% dos ocupados com menores rendimentos (21,6%), os 10% mais ricos detinham um montante quase duas vezes superior. Entre os assalariados, esse fenômeno se repetia, embora a concentração fosse um pouco menor: os 10% de trabalhadores com maiores rendimentos ficavam com uma parcela do total da massa de rendimentos que, embora superior, não era muito distante daquela relativa aos 40% mais pobres (31,6% e 26,7% respectivamente).

A distribuição da massa de rendimentos do trabalho na RMR revelou uma concentração ainda mais acentuada do que a observada em Caruaru e Entorno, ou seja, no conjunto dos ocupados, os 10% com maiores rendimentos detinham uma parcela da massa total de rendimentos mais do que duas

vezes superior aos 40% com menores rendas (40,5% e 16,5% respectivamente). A concentração dos rendimentos era um pouco menor entre os assalariados, da mesma forma que se observou para Caruaru e Entorno, ainda que a parcela da massa de rendimentos referente aos 10% com maiores rendimentos (37,4%) representasse quase o dobro daquela registrada para os 40% com menores rendimentos (19,0%).

GRÁFICO 3

Distribuição da massa de rendimentos dos ocupados e dos assalariados, segundo decis de renda Região de Caruaru e Entorno e Região Metropolitana de Recife Trimestre Set –Out -Nov/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE.

Nota: Grupo 10 – se refere aos 10% de indivíduos com maiores rendimentos.

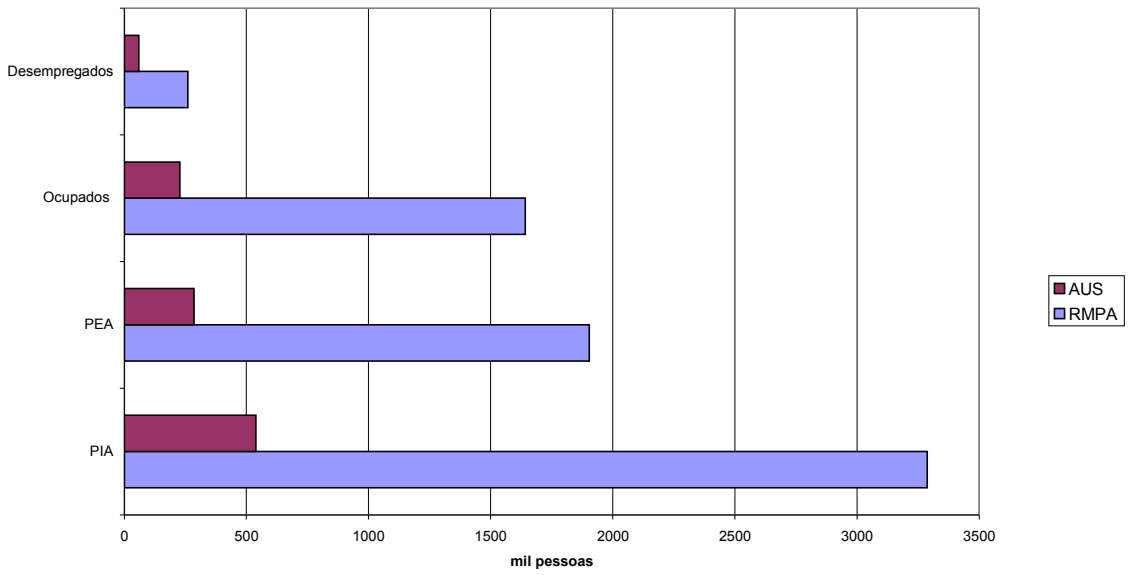
Grupos 1 a 4 – se refere aos 40% de indivíduos com os menores rendimentos

2. O MERCADO DE TRABALHO DO AGLOMERADO URBANO SUL

O Aglomerado Urbano Sul (AUS) é formado pelos municípios de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Capão do Leão, São José do Norte, Turuçu e Arroio do Padre. Conforme o levantamento efetuado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada no trimestre de setembro, outubro e novembro de 2006 essa região tinha uma População em Idade Ativa (10 anos e mais) de 539 mil pessoas (Gráfico 4). Segundo o mesmo levantamento, desse contingente populacional, 286 mil indivíduos compunham a População Economicamente Ativa, sendo 227 mil ocupados e 59 mil desempregados.

GRÁFICO 4

População em Idade Ativa, População economicamente Ativa, ocupados e desempregados na RMPA e no AUS - set.-nov./2006



FONTE: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE

Participação no mercado de trabalho

A pressão exercida sobre o mercado de trabalho é medida pela taxa de participação, que se refere ao percentual de pessoas em idade ativa efetivamente inseridas no mercado como ocupadas ou desempregadas. No Aglomerado Urbano Sul, a taxa de participação era de 53,0% no trimestre set.-

nov./06, um percentual inferior aos 57,9% observados na Região Metropolitana de Porto Alegre para o mesmo período.

A taxa de participação sofre influência das características do mercado local, da conjuntura econômica, das sinalizações emitidas pelo mercado ou das estratégias de sobrevivência familiar, mostrando relevante diferenciação, conforme os diversos atributos pessoais. Examinando-se essa variável segundo o sexo, percebe-se que 61,7% dos homens em idade ativa estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto para as mulheres, essa participação é de apenas 45,6% (Tabela 8). Evidencia-se, dessa forma, uma diferença bastante acentuada, determinando, ainda, à maioria das mulheres um papel mais ativo no âmbito doméstico.

Considerando a idade, também se percebe uma acentuada diversidade na taxa de participação. Assim, a maior taxa ocorre para aquela faixa de indivíduos com idade entre 25 e 39 anos, dos quais 78,5% estão no mercado de trabalho. Entre os jovens com idade entre 16 e 24 anos, a taxa é maior do que a média, situando-se em 59,2%. A menor participação no mercado de trabalho ocorre para os indivíduos com 40 anos e mais (50,2%), onde se verificam as aposentadorias e também maiores dificuldades de reinserção na ocupação, quando em situação de desemprego.

O comportamento da taxa de participação segundo a posição dos indivíduos no domicílio segue com clareza a estratégia de sobrevivência dos grupos familiares. Dessa forma, a maior participação no mercado de trabalho ocorre para o grupo dos chefes de domicílio, normalmente assim considerados por serem os principais responsáveis pelo sustento do grupo familiar, com uma taxa de 67,7%. Nessa condição, esses indivíduos mantêm-se pressionando o mercado mesmo em situação de desemprego prolongado. Para os cônjuges, sobre os quais, geralmente, não recai tanta responsabilidade no sustento familiar, a participação cai para 55,8%. A menor taxa é observada para o grupo de demais membros (42,1%), onde predominam os filhos, com papel ainda menor na composição da renda familiar.

Comparando-se o Aglomerado Urbano Sul com a Região Metropolitana de Porto Alegre, percebe-se que as taxas metropolitanas são mais elevadas para todos os recortes segundo atributos. Essa diferença é mais acentuada, contudo, entre os jovens entre 16 e 24 anos, denotando um ingresso mais tardio no mercado de trabalho, no Aglomerado Urbano Sul. Tal constatação se confirma com a forte diferença também observada no grupo demais membros, onde predomina o grupo de filhos, normalmente mais jovens.

TABELA 8

Taxas de participação e de desemprego e tempo médio de procura por trabalho no Aglomerado Urbano Sul - Set-Out-Nov/2006

(%)

ATRIBUTOS	Taxa de desemprego			Tempo médio de procura (meses)	Taxa de Participação
	Total	Aberto	Oculto		
Total	20,8	13,0	7,8	16	53,0
Sexo					
Homens	16,9	10,1	6,7	16	61,7
Mulheres	25,2	16,3	8,9	16	45,6
Idade (anos)					
De 16 a 24 anos	38,9	27,7	11,4	13	59,2
De 25 a 39 anos	19,6	11,9	7,7	14	78,5
40 anos e mais	12,8	6,7	6,1	23	50,2
Posição no domicílio					
Chefe	13,9	7,5	6,5	20	63,3
Cônjuge	19,2	11,7	7,5	16	53,5
Demais membros	32,5	22,6	9,9	13	42,1

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, DIEESE/SEADE

Desemprego

A taxa de desemprego total no Aglomerado Urbano Sul foi estimada em 20,8% da População Economicamente Ativa. A taxa de desemprego aberto foi de 13,0%, enquanto a de desemprego oculto se situou em 7,8% da PEA. Decompondo-se esta última, tem-se 5,4% em desemprego oculto por trabalho precário e 2,4% por desalento (Tabela 8). No período de referência da pesquisa, havia, portanto, um contingente de 59 mil desempregados, sendo 37 mil na condição de desemprego aberto e 22 mil em desemprego oculto.

As dificuldades encontradas no mercado de trabalho não se mostram iguais entre os diversos grupos sociais. O desemprego, assim, atinge mais alguns segmentos sociais em relação a outros. Dessa forma, observam-se diferenças muito expressivas quando se consideram as taxas de desemprego específicas dos diversos grupos segundo atributos. Enquanto a taxa de desemprego dos homens ficou em 16,9% da respectiva PEA, a das mulheres foi de 25,2%. Essa grande diferença evidencia que as mulheres residentes no Aglomerado Urbano Sul encontram uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho muito superior à dos homens. Essa situação mostra o traço de discriminação ainda persistente no mercado de trabalho com relação às mulheres. A discriminação evidencia-se ainda mais quando se considera que as mulheres residentes na Região têm maior escolaridade que os homens. A proporção da PEA feminina com ensino superior completo é de

11,9%, enquanto a da masculina é de 5,8%. A proporção de mulheres com ensino médio completo é de 32,0%, e a dos homens é de 30,6%.

Examinando-se as taxas de desemprego segundo a idade, percebe-se uma relação inversa entre desemprego e idade. A taxa de desemprego para os jovens entre 16 e 24 anos foi estimada em 38,9% da sua respectiva PEA, praticamente o dobro da taxa observada para o contingente de 25 a 39 anos (19,6%) e o triplo da registrada para os indivíduos com 40 anos e mais (12,8%).

Considerando-se a posição no domicílio, observa-se que a menor taxa de desemprego é aquela referente aos chefes de domicílio, que foi estimada em 13,9%, seguindo-se a dos cônjuges (19,2%) e a dos demais membros (32,5%).

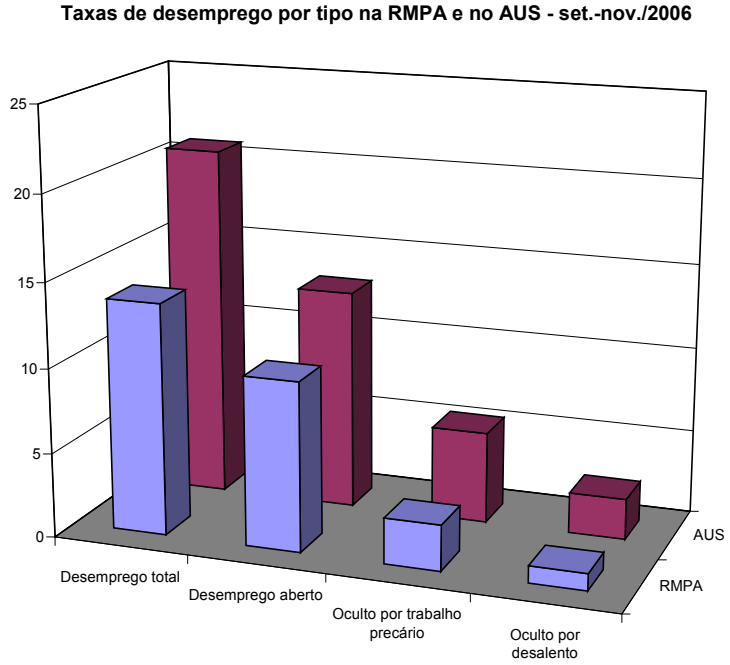
A abertura da taxa de desemprego total segundo os tipos de desemprego também mostra que diferentes segmentos apresentam comportamentos diversos. No grupo dos indivíduos com 40 anos e mais, 47,7% dos desempregados encontravam-se na condição de desemprego oculto, a maioria pelo trabalho precário. Também entre os chefes de domicílio, o percentual de desemprego oculto em relação ao total é semelhante (46,0%). No extremo oposto, com menor participação do desemprego oculto aparecem os jovens de 16 a 24 anos (28,8%) e demais membros do domicílio (30,5%). Tal comportamento evidencia que as pessoas com maior responsabilidade no orçamento familiar tendem mais a se manter em desemprego oculto, em vista da precariedade dos mecanismos de assistência aos desempregados e às dificuldades de sobrevivência em situação de desemprego. Já os jovens, com menor compromisso no sustento familiar, tendem mais ao desemprego aberto.

Os desempregados do Aglomerado Urbano Sul no período de setembro a novembro de 2006 permaneciam, em média, 16 meses à procura de ocupação (tabela 8). Os grupos com maior tempo de procura eram exatamente os com idade igual ou superior a 40 anos e os chefes de domicílio. Esses indivíduos, por tenderem mais para o desemprego oculto, acabam por permanecer mais tempo em desemprego.

Comparando as taxas de desemprego do Aglomerado Urbano Sul com as da Região Metropolitana de Porto Alegre, observa-se uma diferença importante, sendo as taxas do AUS bastante superiores às da RMPA. No caso da taxa de desemprego total, ela atingiu 20,8% da PEA no primeiro caso e 13,7% no segundo. Os tempos médios de procura foram de 16 e 9 meses respectivamente. Quanto ao comportamento das taxas dos diferentes grupos pesquisados, observam-se comportamentos

semelhantes, nas duas regiões, mas com as taxas invariavelmente mais elevadas no Aglomerado Urbano Sul.

GRÁFICO 5



FONTE: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE

Ocupaç ão

O Aglomerado Urbano Sul mostra-se uma região especializada em serviços e comércio. O primeiro setor absorve 49,0% dos ocupados, enquanto o segundo, 18,4%. A indústria de transformação é responsável por 10,0% do total de ocupados, praticamente a mesma proporção dos serviços domésticos (9,9%). A construção civil participa com 6,0% da ocupação. Comparando a estrutura setorial da ocupação do Aglomerado Urbano Sul com a da RMPA, pode-se observar que o AUS é uma região com menor importância relativa do emprego industrial e maior participação principalmente dos serviços domésticos. Na RMPA a indústria de transformação é responsável por 17,4% da ocupação e o emprego doméstico por 6,5%.

A distribuição setorial da ocupação entre os homens mostra uma condição semelhante à geral, com algumas diferenças marcantes. A construção civil responde por 10,4% da ocupação masculina contra 6,0% da ocupação total. Na indústria de transformação também a participação dos homens (13,2%) é sensivelmente superior à das mulheres (5,8%). Quanto às mulheres, cumpre ressaltar a sua extraordinária participação nos serviços domésticos, que representam 21,3% da ocupação feminina, contra 10,0% da ocupação total. Os serviços absorvem 50,5% da ocupação das mulheres, percentual razoavelmente maior do que aquele observado para os homens (47,8%).

TABELA 9

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica no Aglomerado Urbano Sul - Set-Out-Nov/2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos	Outros
Total	100,0	10,0	18,4	49,0	6,0	9,9	6,7
Sexo	100,0						
Homens	100,0	13,2	18,4	47,8	10,4	(1)	9,1
Mulheres	100,0	5,8	18,5	50,5	(1)	21,3	(1)
Idade (anos)							
De 16 a 24 anos	100,0	9,1	25,3	47,1	(1)	7,9	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	12,2	17,8	49,9	6,3	8,4	(1)
40 anos e mais	100,0	8,4	16,5	49,7	6,2	11,5	7,7
Escolaridade							
Ensino fundamental incompleto	100,0	11,1	15,9	34,7	11,6	17,1	9,6
Ensino fundamental completo	100,0	11,1	22,8	42,6	(1)	12,4	6,0
Ensino médio completo	100,0	10,5	23,7	56,7	(1)	(1)	(1)
Ensino superior completo	100,0	(1)	(1)	90,0	(1)	(1)	(1)

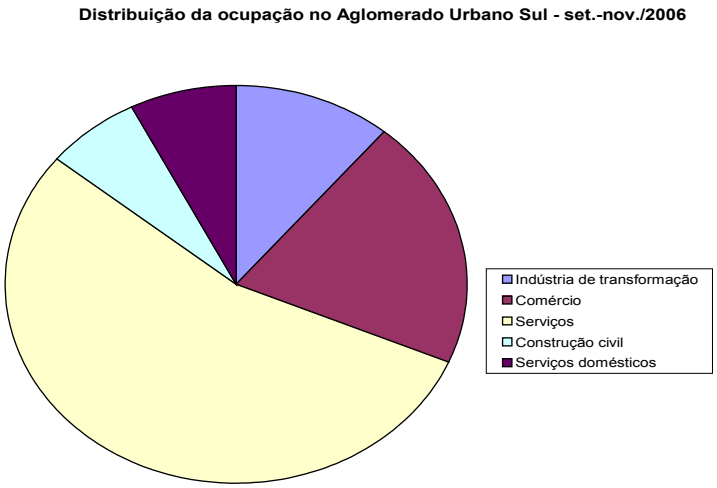
Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, DIEESE/SEADE
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

Considerando a variável idade, percebe-se que a entrada dos jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho se dá fundamentalmente pelos serviços e pelo comércio, que absorvem, respectivamente, 47,1% e 25,3% da ocupação nessa faixa etária. Na faixa de 25 a 39 anos, adquire importância o emprego industrial, com uma participação de 12,2% da ocupação. Para as pessoas com 40 anos e mais ganha destaque o setor de serviços domésticos, com participação de 11,5%, frente a 9,9% na ocupação total.

Cabe ainda examinar a distribuição setorial segundo a escolaridade dos trabalhadores do Aglomerado Urbano Sul. Nesse caso, as informações captadas indicam que a construção civil e os serviços domésticos cumprem importante papel na absorção de trabalhadores com menor nível de escolaridade. Para os indivíduos com ensino fundamental incompleto, os serviços domésticos e a

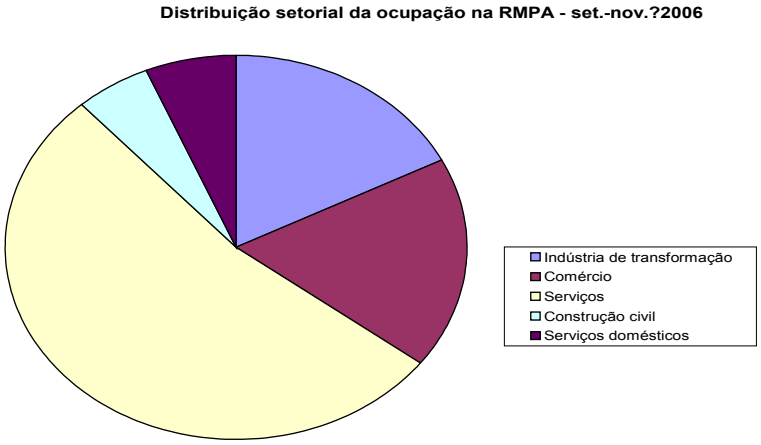
construção civil mostram maior participação no emprego do que a indústria de transformação. Também para as pessoas com ensino fundamental completo, os serviços domésticos apresentam uma importância maior do que a indústria. Entre os trabalhadores com ensino médio completo destaca-se a ocupação em serviços (56,7%) e no comércio (23,7%). Os indivíduos com ensino superior completo são absorvidos, basicamente, pelo setor serviços, responsável por 90,0% dos ocupados nesse grupo (Tabela 9).

GRÁFICO 6



FONTE: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE

GRÁFICO 7



FONTE: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE

A maior importância da indústria na composição setorial do emprego, na Região Metropolitana de Porto Alegre, implica algumas diferenças marcantes com referência aos diversos grupos segundo atributos. No recorte por sexo, a indústria é o setor que aparece em segundo lugar na distribuição da ocupação masculina (20,7%), após os serviços (52,3%) e à frente do comércio. No

Aglomerado Urbano Sul, como visto, o comércio aparece em segundo (18,4%), após os serviços e à frente da indústria (13,2%). Considerando a variável idade, observa-se que, para os trabalhadores com 40 anos e mais, a indústria de transformação responde por 14,9% da ocupação na RMPA, um percentual um pouco maior do que aquele observado no comércio (14,2%). No Aglomerado Urbano Sul, contudo, a indústria responde por 8,4% da ocupação nessa faixa de idade, praticamente a metade do emprego no comércio (16,5%). Também na análise segundo a escolaridade, a importância da indústria no emprego da RMPA transparece, principalmente para os trabalhadores com menor escolaridade. Para os ocupados com ensino fundamental incompleto, a indústria representa o setor de maior participação (21,7%) após os serviços (36,0%). No AUS, de maneira diversa, a indústria de transformação aparece como o setor que menos absorve trabalhadores como fundamental incompleto.

Analisando a ocupação segundo as formas de inserção no mercado de trabalho, observa-se que pouco mais da metade dos ocupados no Aglomerado Urbano Sul são assalariados (53,9%), que os autônomos representam 27,4%, e os empregados domésticos, 9,9%. Este baixo grau da assalariamento observado na região deve-se aos poucos empregos assalariados gerados no setor privado, uma vez que o percentual de ocupados no setor público é de 13,1%, valor superior ao observado na Região Metropolitana de Porto Alegre (12,8%), que abriga a sede do governo estadual. Os assalariados do setor privado representam 40,5% do total de assalariados, sendo que 31,5% contam com carteira de trabalho assinada, e 9,0% não têm esse registro. Na RMPA, há um grau bem superior de assalariamento, pois 67,2% dos ocupados são assalariados, sendo 54,4% no setor privado, assim distribuídos: 45,3% com registro em carteira de trabalho e 9,1% sem carteira assinada.

Examinando as diversas formas de inserção no mercado segundo atributos, percebe-se que as mulheres têm maior inserção relativa no serviço público (16,3%) em relação aos homens (10,6%). Ressalta-se também o alto percentual de mulheres que se ocupam como empregadas domésticas (21,3%). Com relação aos homens, observa-se que eles tendem mais a se ocuparem como assalariados no setor privado (46,7%) e como autônomos (32,3%). Os jovens entre 16 e 24 anos ocupam-se primordialmente como assalariados no setor privado (61,7%), mas com alto grau de precarização, dado que a proporção daqueles que não possuem carteira assinada é alto (23,9%), estando aí incluídos os estagiários. Dentre os trabalhadores maduros com 40 anos e mais, destacam-se a baixa participação de ocupados no setor privado (29,3%)e, conseqüentemente, a elevada parcela de autônomos (32,4%).

TABELA 10

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, no Aglomerado Urbano Sul
Set-Out-Nov/2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Assalariados					Autônomos	Empregados domésticos	Outros
		Total	Setor público	Setor privado					
				total	com carteira	sem carteira			
Total	100,0	53,9	13,1	40,5	31,5	9,0	27,4	9,9	8,8
Sexo									
Homens	100,0	57,6	10,6	46,7	37,4	9,3	32,3	1,1	9,0
Mulheres	100,0	49,0	16,3	32,4	23,9	8,5	21,0	21,3	8,7
Idade (anos)									
De 16 a 24 anos	100,0	66,4	(1)	61,7	37,8	23,9	18,7	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	60,6	13,7	46,3	37,7	8,6	24,4	(1)	(1)
40 anos e mais	100,0	45,3	15,8	29,3	25,4	3,9	32,4	11,4	(1)
Escolaridade									
Ensino fundamental incompleto	100,0	38,7	3,6	34,7	25,9	8,8	36,6	17,1	7,6
Ensino fundamental completo	100,0	47,7	5,7	41,5	32,8	8,7	29,1	12,4	10,8
Ensino médio completo	100,0	70,3	17,3	52,8	42,1	10,7	19,5	3,7	6,5
Ensino superior completo	100,0	72,4	51,0	21,1	16,2	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, DIEESE/SEADE
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Os ocupados com mais baixo nível de escolaridade têm no emprego autônomo uma importante forma de ocupação. Assim, na faixa de escolaridade de ensino fundamental incompleto, os autônomos representam 36,6% dos ocupados, praticamente a mesma proporção observada para os assalariados (38,7%). Entre os ocupados com fundamental completo, a ocupação autônoma ainda apresenta importância (29,1%), embora já seja bem menor do que o emprego assalariado (47,7%). Para os grupos com escolaridade mais alta, o assalariamento é bem mais elevado, sendo de 70,3% para as pessoas com ensino médio completo e de 72,4% para aquelas com superior completo. Para o primeiro grupo, contudo, predomina a ocupação no setor privado (52,8%), enquanto, no segundo, há maior importância do setor público (51,0%).

Rendimentos

O rendimento médio real dos trabalhadores do AUS, no trimestre set.-nov./06, era de R$ 768, em valores de outubro daquele ano. Considerando os principais setores de atividade econômica, o valor dos rendimentos médios reais segue padrão geralmente observado nas Regiões Metropolitanas, com os maiores ganhos auferidos no setor serviços (R$ 917), seguindo-se a indústria (R$ 806). Os rendimentos médios dos trabalhadores no comércio (R$ 691) e na construção civil (R$ 660) encontravam-se próximos, mas em posição abaixo dos da indústria. No conjunto dos setores de

atividade, os menores patamares de remuneração foram verificados nos serviços domésticos (R$ 286), o que também é uma característica do mercado de trabalho, uma vez que os rendimentos desse segmento são geralmente pautados pelo valor do piso regional (Tabela 11).

TABELA 11

Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS
Total de Ocupados	**768**
Indústria	806
Comércio	691
Serviços	917
Construção Civil	660
Serviços Domésticos	286
Demais	632

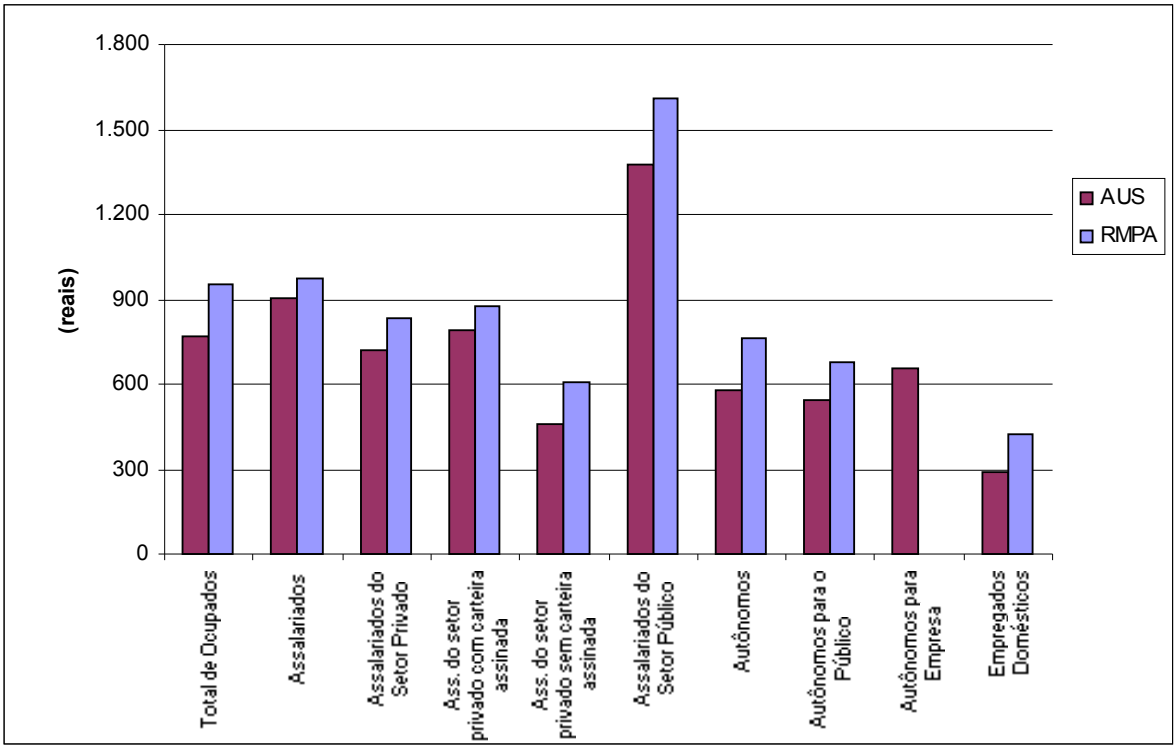
Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.
Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Na RMPA, os rendimentos auferidos pelos trabalhadores são, via de regra, superiores aos observados no AUS. O rendimento médio real no trabalho principal foi de R$ 956 no trimestre em foco, sendo 24,5% superior ao observado no AUS. Dentre os diferentes setores de atividade econômica, sobressai o valor mais elevado pago no setor serviços, uma vez que o rendimento médio para os trabalhadores da RMPA, de R$ 1.125, situava-se 22,7% acima do registrado no AUS (Tabela J anexo).

A desagregação por posição na ocupação mostra que entre os principais grupos de trabalhadores do AUS, os assalariados auferiam os rendimentos médios mais elevados, de R$ 901, valor este 55,6% maior que o registrado para os autônomos (R$ 579), o segundo maior contingente de trabalhadores.

Entre os assalariados, o rendimento médio dos empregados no setor público (R$ 1 376) foi quase duas vezes maior que o auferido no setor privado. Já os autônomos que trabalham para empresa detinham rendimentos médios superiores aos que trabalham para o público, embora a diferença aqui seja bem menos acentuada: R$ 656 e R$ 544 respectivamente (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
Rendimento Médio Real dos Ocupados, Segundo Posição na Ocupação
Aglomerado Urbano Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006



Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE

Considerando-se a formalização do vínculo empregatício no setor privado, o salário médio real dos trabalhadores com carteira assinada foi equivalente a R$ 790, um valor expressivamente superior ao verificado para os assalariados sem carteira assinada, o qual atingia R$ 428. Assim, os primeiros recebiam 84,6% a mais que os últimos. Os mais baixos rendimentos médios foram observados para os empregados domésticos (R$ 286).

Comparativamente aos rendimentos auferidos pelos trabalhadores da RMPA observam-se, do mesmo modo que o registrado para os setores de atividade econômica, rendimentos mais elevados para todas as categorias de trabalhadores conforme a posição na ocupação, obedecendo, em ambos os casos, a uma hierarquia semelhante.

Nessa comparação, chama atenção o fato de que os rendimentos dos trabalhadores do setor privado sem carteira e dos empregados domésticos eram expressivamente mais baixos no AUS. De

fato, nesse espaço regional, o rendimento médio real dos empregados sem carteira era de R$ 458, face os R$ 607 registrados para esse segmento na RMPA. Ademais, cabe destacar que o valor dos salários dos trabalhadores com e sem carteira revelaram uma diferença bem maior no AUS. Assim, enquanto, na RMPA, os trabalhadores com carteira assinada recebiam 44,6% a mais que os sem carteira, no AUS, essa diferença ampliava-se para 72,5%, indicando uma situação bem mais desfavorável para os assalariados sem carteira assinada nesse espaçoregional (Tabela K anexo).

Os rendimentos do trabalho também se distribuem de forma diversa conforme os atributos pessoais dos trabalhadores, revelando discriminações ou valorizações diferentes no mercado de trabalho. Assim, a análise dos rendimentos por gênero mostra valores mais elevados para os trabalhadores homens comparativamente ao segmento feminino, repetindo o padrão de discriminação tradicionalmente verificado no mercado de trabalho brasileiro. Note-se que essa diferença é pronunciada entre os ocupados (as mulheres recebiam um rendimento equivalente a 66,8% daquele registrado para os homens), estreitando-se entre os assalariados (as mulheres assalariadas recebiam o equivalente a 81,4% do salário dos homens nessa condição) – Tabela 12.

No recorte por idade, os jovens entre 16 e 24 anos auferiam os menores rendimentos médios (R$ 501 para os ocupados e R$ 526 para os assalariados), ocorrendo uma elevação dos rendimentos com o aumento da idade. O valor maior foi observado entre os assalariados com 40 ou mais – R$ 1.169 face aos R$ 889 dos ocupados.

De acordo com a posição que os trabalhadores detinham no domicílio em que residiam, os rendimentos mais elevados pertenciam aos chefes de domicílio – que geralmente têm a maior responsabilidade no orçamento familiar –, seja entre os ocupados (R$ 966), seja entre os assalariados (R$ 1.121). Seguem-se os cônjuges e os demais membros.

Quanto aos rendimentos do trabalho e sua relação com o grau de escolaridade dos trabalhadores, observa-se que o rendimento se eleva com o aumento da escolaridade, indicando a importância da educação na obtenção de melhores rendimentos. Verifica-se que essa elevação é pouco expressiva, ao se passar do ensino fundamental incompleto para o completo, ao passo que há uma diferença relevante entre os rendimentos dos trabalhadores comensino médio completo e aqueles com ensino superior completo. Via de regra, estes últimos auferiam mais do que o dobro do rendimento dos primeiros, com valores que atingiam R$ 1.911 para os ocupados e R$ 1.948 para os assalariados.

TABELA 12

Rendimento Médio Real dos ocupados e dos assalariados segundo atributos pessoais e escolaridade
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

ATRIBUTOS	RENDIMENTOS	
	Ocupados	Assalariados
Total	768	924
Sexo		
Homens	897	996
Mulheres	599	811
Idade (anos)		
de 10 a 15 anos	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	501	526
De 25 a 39 anos	731	834
40 anos e mais	889	1169
Posição no domicílio		
Chefe	966	1121
Cônjuge	621	868
Demais membros	501	577
Escolaridade		
Analfabeto	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	482	555
Ensino fundamental completo	583	637
Ensino médio completo	863	945
Ensino superior completo	1911	1948

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.
(1) A Amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na RMPA, observa-se que a situação dos rendimentos conforme os atributos pessoais e a escolaridade dos trabalhadores apresenta uma hierarquia similar à verificada no AUS, ressalvando-se, no entanto, que, em todos os recortes analisados, se manteve a característica já evidenciada em outros momentos de o valor dos rendimentos na RMPA se situar em patamar superior ao registrado no AUS (Tabela L anexo).

Ao examinar-se o rendimento médio dos trabalhadores considerando sua escolaridade e o tempo médio de permanência no trabalho que estão exercendo – trabalho atual –, os dados revelam uma relação direta entre as variáveis, ou seja, à medida que aumenta a escolaridade ou o tempo de permanência no trabalho, eleva-se o rendimento auferido. Esse é um resultado esperado, uma vez que, no mercado de trabalho se valoriza a qualificação – que pode ser medida pela escolaridade – e a

experiência – obtida com o maior tempo de permanência no trabalho. Assim, os trabalhadores com mais de um ano no mesmo trabalho auferiam rendimento mais elevado, comparativamente àqueles com até um ano, em todos os níveis de escolaridade. A diferença mais acentuada ocorria entre os trabalhadores com ensino médio completo: para os ocupados, o rendimento daqueles com esse nível de ensino e mais de um ano no trabalho era mais de um terço superior (36,4%) ao registrado para os trabalhadores com até um ano no trabalho, enquanto, entre os assalariados o ganho era ainda maior, atingindo 47,9% a mais em relação aos com até um ano no trabalho atual (Tabela 13).

TABELA 13

Rendimento Médio Real dos ocupados e assalariados segundo escolaridade e de tempo de permanência no trabalho atual
Aglomerado Urbano Sul
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

ESCOLARIDADE	OCUPADOS		ASSALARIADOS	
	Tempo de permanência			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Analfabeto	(1)	(1)	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	346	536	478	587
Ensino fundamental completo	386	679	479	718
Ensino médio completo	506	1003	620	1047
Ensino superior completo	1464	1997	1378	2039

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

Nota: Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

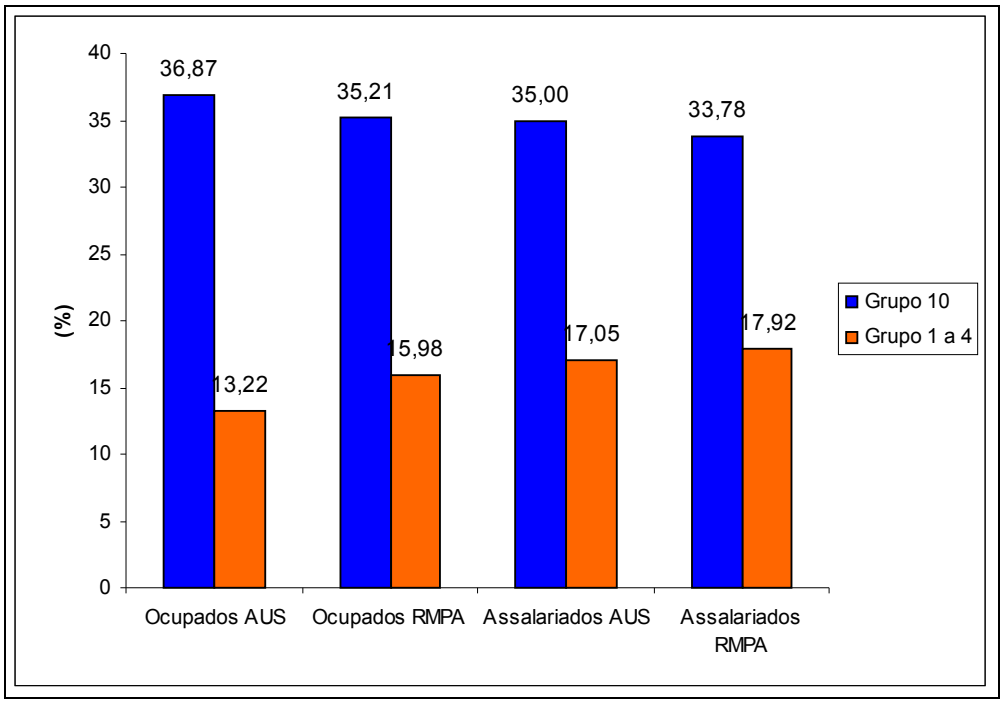
(1) A Amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Sob um outro ângulo de análise, observa-se que as diferenças são pouco expressivas para trabalhadores com ensino fundamental – incompleto ou completo –, os quais auferiam rendimento com valores relativamente próximos, no interior de cada segmento, conforme o tempo médio de permanência o trabalho. Note-se que, entre aqueles com até um ano no trabalho atual, esses valores eram praticamente coincidentes. Ao contrário, observa-se uma diferença expressiva nos rendimentos auferidos pelos trabalhadores com ensino médio completo e com superior completo. Isto é, o valor do rendimento médio para estes últimos praticamente duplica em todas as situações em análise, sendo que a maior diferença se entre os ocupados com até um ano no mesmo trabalho, que recebiam quase 3 vezes mais que aqueles com ensino médio (R$ 1.464 e R$ 506 respectivamente).

A concentração dos rendimentos do trabalho, que caracteriza a sociedade brasileira desde longa data, manifesta-se igualmente nos espaços regionais do interior do Estado, como se depreende da análise do Gráfico 9. Considerando a distribuição da massa de rendimentos, os dados mostram que, entre os ocupados, o grupo dos 10% mais ricos absorvia uma parcela da massa total de rendimentos quase 3 vezes maior (36,9%) do que aquela referente aos 40% mais pobres (13,2%). Entre os assalariados, esse fenômeno se repete, embora a concentração seja um pouco menor: os 10% de trabalhadores com maiores rendimentos ficavam com uma parcela que era o dobro daquela relativa aos 40% mais pobres (35,0% e 17,5% respectivamente).

A distribuição da massa de rendimentos do trabalho na RMPA, embora mantendo o traço de elevada concentração, apresentava-se um pouco mais favorável que a observada no AUS – em especial para o conjunto dos ocupados –, indicando um menor grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos. De fato, ainda que os 10% de trabalhadores mais ricos detivessem mais de um terço da massa total de rendimentos, ficando apenas um pouco abaixo das parcelas registradas no AUS, considerando o total de ocupados, os 10% com maiores rendimentos detinham uma quantia cerca de duas vezes maior (35,2%) que a dos 40% mais pobres (15,9%), enquanto, para os assalariados as parcelas respectivas ficavam mais próximas às observadas no AUS (33,8% e 17,9%).

GRÁFICO 9
Distribuição da massa de rendimentos dos ocupados e dos assalariados, segundo decis de renda
Aglomerado Urbano Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006



Fonte: Convênio MTE/CODEFAT/098-2005, SEADE/DIEESE
Nota: Grupo 10 – corresponde aos 10% de indivíduos de maiores rendimentos.
Grupos 1 a 4 – correspondem aos 40% de indivíduos de menores rendimentos.

3. JOVENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DAS REGIÕES PESQUISADAS: UM OLHAR SOBRE SEGMENTOS MAIS VULNERÁVEIS

A inserção dos indivíduos no mercado de trabalho não se processa de forma homogênea. Inúmeros estudos apontam para a presença de desigualdades entre os trabalhadores, relacionadas a características decorrentes de diferenças de gênero, geracionais, étnico-raciais, dentre outras (DIEESE, 2001; Galeazzi *et al*., 2004, Kreling, 2004).

As transformações relativamente recentes do sistema capitalista em nível internacional afetaram tanto aqueles grupos que anteriormenteeram considerados mais protegidos das adversidades do mercado de trabalho – chefes de domicílio, adultos com idade superior a 25 anos e, em especial, aqueles com 40 anos ou mais –, quanto aqueles tradicionalmente mais vulneráveis e cuja inserção na ocupação implicava posições via de regra precárias – jovens e mulheres.

Seja considerando a expressão mais extrema de precariedade – o desemprego –, seja considerando diferentes situações de alteração ou perda de regulamentação da relação social do assalariamento e a expansão de modalidades não assalariadas de inserção na ocupação, o impacto das grandes transformações do mercado de trabalho também não incidiu de forma homogênea para o conjunto da força de trabalho. Observa-se piora da posição relativa de determinados segmentos e eventuais avanços para outros.

Ao analisar diferentes grupos de trabalhadores busca-se captar a imagem de sujeitos multifacetados, distanciando-se da relativa homogeneização prevalente em estudos focados no trabalhador médio – sobre-representado pelo trabalhador do sexo masculino, adulto - propiciando maior detalhamento, principalmente para subsidiar a condução de políticas públicas.

No caso dos jovens, por exemplo, diversos estudos evidenciam que eles apresentam dificuldades acentuadas de inserção no mercado de trabalho, que podem estar sendo redefinidas no atual contexto, com o que se coloca a necessidade de uma investigação mais aprofundada para identificar a intensidade e o sentido das mudanças para esse segmento populacional (Pochmann, 2000; DIEESE, 2001; Camarano et al., 2001).

A taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos elevou-se de 6,0% em 1989 para 16,0% em 1998 no País, registrando um crescimento de aproximadamente 160,0% (Pochmann, 2000, p. 37),

evidência que está a confirmar que a juventude encontra-se em uma posição de grande adversidade no mercado de trabalho.

No que se refere às mulheres, por seu turno, os mecanismos discriminatórios que acompanham a sua inserção na sociedade, assentados numa relação social desigual e hierarquizada entre os sexos, têm-se mantido presentes. O papel social da mulher, com as características de submissão e de dependência em relação aos homens, foi transferido para as relações de trabalho, concomitante à expressiva e crescente presença das mulheres na força de trabalho. O processo de construção do sujeito feminino enquanto trabalhador é marcado, desde sua origem, pela depreciação, com as mulheres sempre ocupando posições subalternas e inferiores no seio da família e da sociedade (Desouza e Baldwin, 2000; e Galeazzi, 2003).

Os valores culturais tradicionais que definem o papel social feminino ainda se encontram refletidos nas menores taxas de participação no mercado de trabalho, nas maiores taxas de desemprego e nas diferenças importantes de remuneração em relação aos homens. Mais do que isso, esses indicadores apresentam um comportamento e uma evolução, via de regra, destacadamente desfavoráveis para as mulheres, em conjunturas de crise (Marques *et al*., 2004).

As informações captadas pela PED nas Regiões pesquisadas não deixaram de revelar essas características. Todavia, revelaram, também, peculiaridades decorrentes das características regionais e/ou dos arranjos encontrados para contornar os impactos, predominantemente desfavoráveis, que incidiram sobre a população economicamente ativa, a partir dos processos de reestruturação produtiva e das mudanças nas formas de gerir e de organizar o trabalho, que se vêm aprofundando, no Brasil, desde a década de 90.

A inserção labora l feminina

Os principais indicadores do mercado de trabalho, resultantes da aplicação de pesquisas-piloto PED nas Regiões de Caruaru e Entorno e do Aglomerado Urbano Sul, mostraram a manutenção das características tradicionais de inserção laboral feminina, quando comparada com a força de trabalho masculina.

A **taxa de participação feminina**, que mede a pressão exercida sobre o mercado de trabalho, apresentou-se inferior a dos homens em ambas as Regiões analisadas, característica do mercado de trabalho brasileiro: 50,7%, contra 71,6%, em Caruaru e Entorno e 45,6%, contra 61,7%, no Aglomerado Urbano Sul.

Como já mencionado anteriormente, a taxa de participação sofre influência das características do mercado local, da conjuntura econômica, das sinalizações emitidas pelo mercado e das estratégias de sobrevivência das famílias. Nesse sentido, os níveis mais baixos de rendimentos do trabalho observados para o conjunto dos trabalhadores da Região de Caruaru e Entorno - quando comparados com os registrados no Aglomerado Urbano Sul - podem-se traduzir em aumento do grau de dependência ao mercado de trabalho para o conjunto dos membros da família, destacadamente para jovens e mulheres. É possível que a associação desse fator com uma economia assentada em uma atividade intensiva em mão-de-obra e típica do universo feminino – como é a indústria da confecção – seja a explicação para os níveis mais elevados das taxas de participação, especialmente entre as mulheres.

Quanto à **taxa de desemprego total**, esta mostrou-se mais elevada entre a população feminina, comparativamente à masculina, em ambas as Regiões, reproduzindo uma característica típica do mercado de trabalho feminino. Todavia, em Caruaru e Entorno, a diferença mostrou-se bem menos intensa (15,5% para mulheres contra 12,2% para homens) do que no AUS e nas respectivas Regiões Metropolitanas, revelando uma situação mais favorável à inserção ocupacional da força de trabalho feminina. Aqui, aventa-se a possibilidade de o ramo de atividade predominante na região – indústria de confecção, tipicamente feminina –, associado aos baixos índices de desemprego revelados pela Pesquisa, atenuar os efeitos discriminatórios de gênero.

No Aglomerado Urbano Sul, no entanto, enquanto a taxa de desemprego dos homens ficou em 16,9% da respectiva PEA, a das mulheres era de 25,2%. Esta grande diferença evidencia que as mulheres residentes no Aglomerado Urbano Sul encontram uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho muito superior à dos homens. Em que pese o elevado desemprego atingir tanto homens quanto mulheres, essa situação indica um forte traço discriminatório, persistente no mercado de trabalho local, com relação às mulheres. A discriminação evidencia-se ainda mais quando se considera que as mulheres residentes na Região têm maior escolaridade que os homens: 11,9% da PEA feminina tem ensino superior completo *versus* 5,8%, da masculina.

Ao observar-se a composição da **ocupação feminina**, uma característica peculiar da Região de Caruaru e Entorno, revelada pela Pesquisa, é a de que as mulheres estão mais concentradas na indústria de transformação (34,4% da ocupação deste contingente populacional), o que parece ser uma característica muito particular da Região, não se reproduzindo em outras localidades do País. Pode-se ainda mencionar que os empregados domésticos representavam uma parcela relativamente pequena da ocupação da Região, da ordem de 5,5%.

O Aglomerado Urbano Sul mostra-se como uma região especializada em serviços e comércio. Para as mulheres, cumpre ressaltar a extraordinária importância dos serviços domésticos, que alcançam 21,3% da ocupação feminina. Os serviços são responsáveis por 50,5% da ocupação da mulheres, percentual razoavelmente maior do que aquele observado para os homens (47,8%).

Os **rendimentos do trabalho** também se distribuem de forma diversa conforme os atributos pessoais dos trabalhadores, revelando discriminações ou valorizações diferentes no mercado de trabalho. Assim, a análise dos rendimentos por gênero mostra valores mais elevados para os trabalhadores homens, comparativamente ao segmento feminino, repetindo o padrão de desvantagem tradicionalmente verificado no mercado de trabalho brasileiro.

Nas regiões pesquisadas, essa diferença é mais acentuada entre os ocupados do que entre os assalariados. Em Caruaru e Entorno, o rendimento médio das mulheres era equivalente a 72,4% do rendimento dos homens, enquanto o salário médio feminino equivalia a 89,8% do masculino. No Aglomerado Urbano Sul, a maior diferença também foi registrada para o conjunto dos ocupados (as mulheres recebiam um rendimento equivalente a 66,8% daquele auferido pelos homens), enquanto o salário médio feminino atingia 81,4% do salário médio masculino.

O grande destaque cabe ao diferencial de rendimentos que se mostra menos intenso em Caruaru e Entorno, comparativamente ao AUS. Associando-se os resultados dos rendimentos aos demais indicadores examinados, é plausível reconhecer certo avanço na inserção laboral feminina na primeira Região, comparativamente ao AUS, e atribuí-la ao desenvolvimento de atividades com alta capacidade de geração de ocupações. Ao contrário, no Aglomerado Urbano Sul, a estagnação econômica e as altas taxas de desemprego propiciam a permanência de mecanismos discriminatórios tradicionais.

Os Jovens no mercado de trabalho

Na Região de Caruaru e Entorno, os adultos de 25 a 39 anos eram aqueles que evidenciavam a maior **taxa de participação** (80,9%). Os jovens de 16 a 24 anos, com uma taxa de participação de 74,1%, registravam o segundo maior nível de engajamento no mercado de trabalho dessa Região. Uma questão que a este respeito poderia ser colocada é a de que, se uma intensidade de participação no mercado de trabalho como a revelada pelos jovens dessa Região não poderia ser um óbice à progressão escolar, dado que os indivíduos deste segmento populacional estão também inseridos, muitas vezes, em atividades de formação educacional.

No Aglomerado Urbano Sul, também a maior taxa de participação ocorre para aquela faixa de indivíduos com idade entre 25 e 39 anos (78,5%). Entre os jovens de 16 a 24 anos, a taxa é maior do que a média, situando-se, todavia, em patamar bem inferior ao observado em Caruaru e Entorno (59,2%.).

Em ambas as Regiões, os jovens se constituíam no grupo etário no qual a incidência do desemprego era a mais elevada. Em Caruaru e Entorno, a taxa de **desemprego juvenil** era de 19,2% no trimestre em análise (setembro, outubro e novembro de 2006), muito superior, portanto, à média do mercado de trabalho da Região.

No Aglomerado Sul, constatou-se uma relação inversa entre desemprego e idade. A taxa de desemprego para os jovens entre 16 e 24 anos foi estimada em 38,9% da respectiva PEA, praticamente o dobro da taxa observada para o contingente de 25 a 39 anos (19,6%) e o triplo da registrada para os indivíduos com 40 anos e mais (12,8%).

Em ambas as Regiões, os resultados da Pesquisa indicaram que o setor serviços era o responsável pela maior parcela relativa de ocupados no trimestre em análise. Em Caruaru e Entorno, no entanto, a distribuição setorial da **ocupação juvenil** mostrou que os jovens de 16 a 24 anos tinham a sua maior parcela relativa de ocupados na indústria de transformação (39,9%). Na Região de Caruaru e Entorno esse segmento é majoritariamente composto de trabalhadores assalariados (58,7%). Destes, uma proporção extremamente elevada não possui registros formais (33,5%), o que indica uma condição de precariedade do emprego muito superior à média dessa Região.

Já no Aglomerado Urbano Sul, a entrada dos jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho se dá fundamentalmente pelos serviços e pelo comércio, que absorvem, respectivamente, 47,1% e 25,3% da ocupação nessa faixa de idade. Na faixa de 25 a 39 anos adquire importância o emprego industrial, com uma participação de 12,2% da ocupação. Os jovens entre 16 e 24 anos ocupam-se primordialmente como assalariados no setor privado (61,7%), mas com alto grau de precarização, dado que a proporção daqueles que não possuem carteira assinada é alta (23,9%), estando aí incluídos os estagiários.

Quanto aos **rendimentos auferidos no trabalho**, os jovens com idade entre 16 e 24 anos percebiam os menores rendimentos médios, que na Região de Caruaru e Entorno mal ultrapassavam o salário mínimo (R$ 354 para os ocupados e R$ 366 para os assalariados), observando-se uma elevação dos rendimentos com o aumento da idade.

No Aglomerado Urbano Sul, os jovens com idade entre 16 e 24 anos, embora auferissem os menores rendimentos médios (R$ 501 para os ocupados e R$ 526 para os assalariados) frente aos demais ocupados da Região, seus valores monetários eram superiores aos dos jovens de Caruaru e Entorno, confirmando os patamares médios superiores de ganhos nessa última Região.

4. ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO: AVALIANDO O MERCADO DE TRABALHO DO AGLOMERADO URBANO SUL E DA REGIÃO DE CARUARU E ENTORNO

A análise de mercados de trabalho requer que se considerem vários aspectos que caracterizam as formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) nesse mercado, buscando abarcar a complexidade que acompanha a inserção ocupacional. Essa abordagem é particularmente importante em países como o Brasil, que, a par de ter constituído, historicamente, um mercado de trabalho bastante heterogêneo, no período mais recente tem passado por mudanças profundas, associadas à globalização e aos novos padrões competitivos em escala internacional. De fato, a partir dos anos 90, a maior inserção do País no processo de globalização tem levado à reestruturação do sistema produtivo e das formas de organizar o trabalho, o que veio acompanhado de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, provocando uma maior precarização do trabalho. Nesse contexto, em que a taxa de desemprego – tradicionalmente tomada como um indicador capaz de expressar as condições gerais do mercado de trabalho – perde poder explicativo, estudos voltados ao mercado de trabalho têm utilizado como estratégia analítica a construção de índices, os quais, ao incorporarem uma gama mais ou menos extensa de indicadores, permitem uma avaliação da qualidade desse mercado, bem como a apreensão do sentido prevalecente das mudanças em curso[6].

Tendo-se presente tais fatores, optou-se pela construção de um índice para avaliar as condições dos mercados de trabalho das regiões pesquisadas pela PED que são foco do presente Relatório – o Aglomerado Urbano Sul e Caruaru e Entorno –, confrontando-as com a situação dos mercados de trabalho das Regiões Metropolitanas dos Estados em que se inserem tais espaços regionais. Esse indicador, aqui denominado Índice de Precarização (IP), ao se constituir em um indicador-síntese, é um instrumento estatístico valioso, quando o objetivo é integrar múltiplas dimensões relativas às condições de inserção da PEA no mercado de trabalho, possibilitando, assim, avaliações sobre a qualidade desse mercado. Essa propriedade torna-se particularmente importante, quando se tem presente que as mudanças no mercado de trabalho brasileiro têm evidenciado resultados distintos e até opostos, gerando debate e interpretações muitas vezes conflitantes.

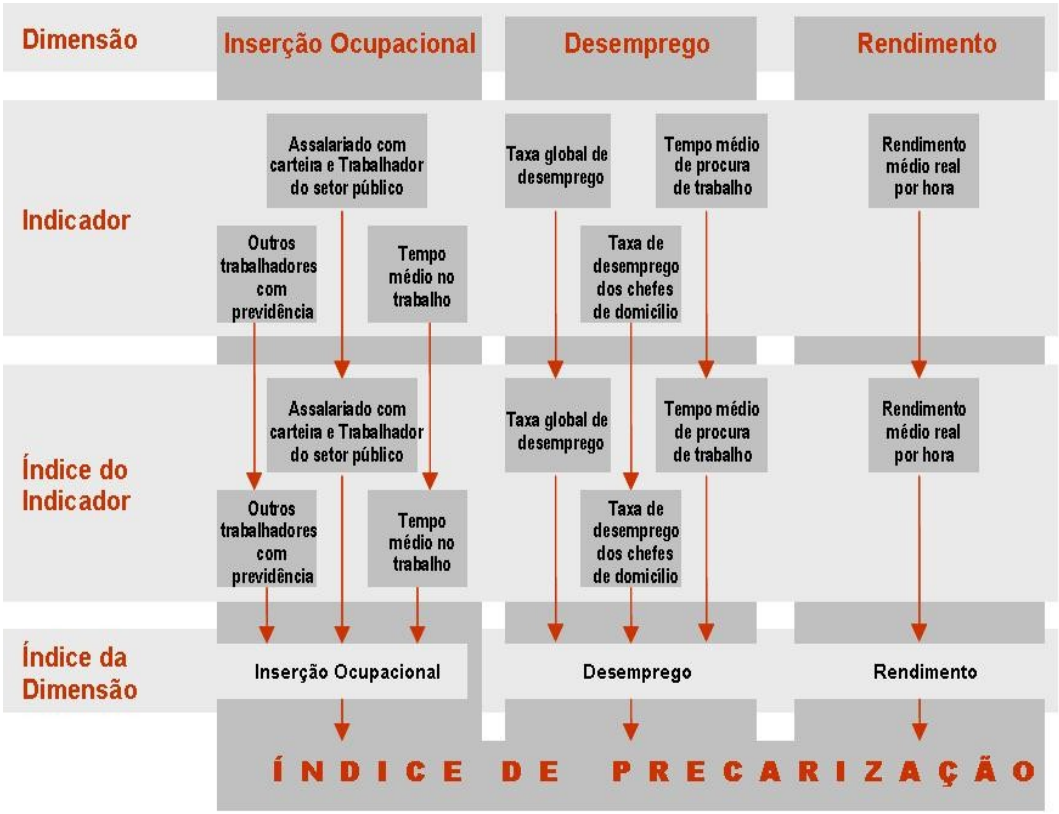
[6] Dentre esses, cabe destacar os estudos de Sabóia (1999); Miller (1999); Freire (2006); e Toni (2006).

Aspect os metod ológicos

Para a construção do IP, foram consideradas as três dimensões principais do mercado de trabalho – condições de inserção ocupacional, desemprego e rendimentos do trabalho –, às quais se incorporaram indicadores considerados básicos para avaliar as condições de inserção da PEA, conforme apresentado na Figura abaixo.

FIGURA 1

Diagrama de construção do índice de precarização



Fonte: Convênio MTE/CODEFAT/098-2005

No que se refere às condições de inserção ocupacional, privilegiou-se a proteção social associada ao trabalho, incluindo-se como indicadores principais os relativos às categorias de inserção consideradas padrão do sistema capitalista – assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada, e trabalhadores do setor público (estatutários e com carteira de trabalho assinada) – e a parcela de trabalhadores que declarou contribuir para a Previdência Social, pertencentes às demais formas de inserção ocupacional, o que lhes garante o amparo da legislação em vigor. Como indicador

complementar, foi selecionado, ainda, o tempo médio de permanência no trabalho, que fornece uma indicação da rotatividade da mão-de-obra.

A segunda dimensão contempla o **desemprego**, considerando-se como variável básica a taxa de desemprego total, que inclui os três tipos de desemprego considerados pela PED – aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. A esse indicador, acrescentaram-se outras duas variáveis que incorporam elementos que permitem melhor qualificar a condição de desemprego e seus impactos sobre a população – o tempo médio despendido na procura por trabalho e a taxa de desemprego dos chefes de domicílio.

Como terceira e última dimensão, considera-se o rendimento do trabalho, tendo como variável de referência o rendimento médio real por hora trabalhada.

Uma vez definidas as três dimensões e as variáveis que as integram, procedeu-se à ponderação das variáveis conforme o grau de importância atribuído a cada uma delas. Assim, as três dimensões receberam pesos equivalentes, de um terço do total cada uma. Dentro de cada grupo, o indicador considerado mais importante para a dimensão estudada recebeu um peso maior, de, pelo menos, a metade daquele atribuído ao grupo, sendo o restante distribuído entre os indicadores complementares.

Para a construção dos índices-síntese de cada dimensão, é necessário que todos os índices parciais apontem para uma mesma direção, de modo que um valor elevado para uma estatística indique, necessariamente, resultado similar, em termos de avaliação, a valores elevados nas demais estatísticas. No presente caso, os índices foram padronizados de forma que valores baixos expressem melhores condições do mercado de trabalho, enquanto valores altos indicam condições menos favoráveis. Assim, os valores do IP variam entre zero e um, de tal modo que, quanto mais elevado o valor, mais precárias são as condições do mercado de trabalho, e, contrariamente, valores menores indicam uma situação mais favorável.

Para o cálculo do IP, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\mathrm{I} = F\left(\frac{x-\mu}{\sigma}\right)$$

onde

x é o valor da estatística observada
μ é o valor da média observada
σ é o valor do desvio padrão observado
F é a função de distribuição acumulada de uma normal padrão N(0;1).

5. ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO REVELA PECULIARIDADES DOS MERCADOS DE TRABALHO REGIONAIS

Uma análise do Índice de Precarização geral mostra valores diferenciados para cada uma das regiões consideradas, o que revela quão distintas são as condições dos respectivos mercados de trabalho, ao mesmo tempo em que expressa peculiaridades. Cabe observar que, ao se analisarem os resultados apresentados pelo IP, há que se ter presente que, para o ordenamento das regiões, com base no IP geral, se tomou como parâmetro o valor médio de cada indicador, considerados os valores observados nas quatro regiões em foco. Assim, é preciso reter que os mercados de trabalho ora em análise, uma vez que se encontram inseridos no contexto brasileiro, apresentam, desde já, as características que tipificam o mercado de trabalho nacional, dentre as quais merecem destaque as seguintes: a elevada taxa de desemprego; a existência de uma parcela expressiva de trabalhadores à margem das proteções sociais previstas pela legislação trabalhista e previdenciária (cerca da metade dos trabalhadores brasileiros encontram-se na informalidade); a extrema desigualdade na distribuição dos rendimentos; e os baixos rendimentos auferidos pela maior parte dos trabalhadores[7].

O exame do IP para as quatro regiões em análise, a partir da observação do Gráfico 10, permite evidenciar como principais resultados os seguintes aspectos:

1. sobressai, de imediato, a situação relativamente mais favorável em que se encontra o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, cujo IP (0,19) apresenta um valor sensivelmente mais baixo face ao registrado pelas demais regiões;

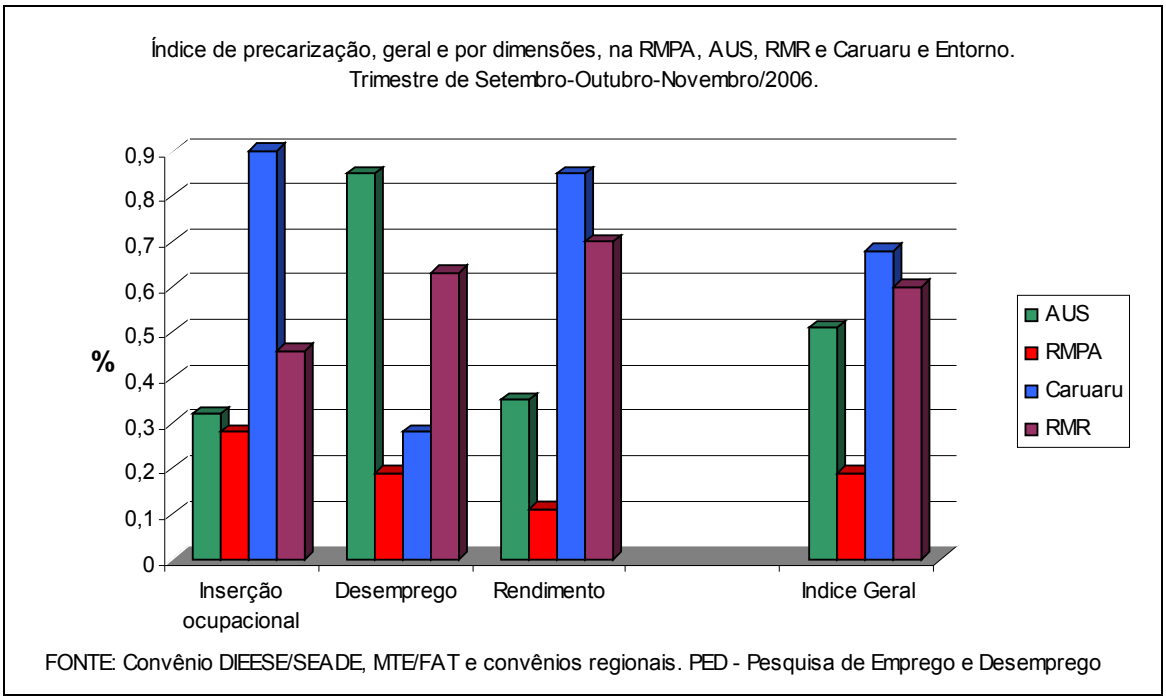
2. as regiões do Estado do Rio Grande do Sul (RS) – Aglomerado Urbano Sul (IP 0,51) e RMPA (IP 0,19) – apresentaram índices com valores menores que as de Pernambuco – Caruaru e Entorno (IP 0,68) e Região Metropolitana de Recife (IP 0,60) –, corroborando estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro, que geralmente evidenciam situações mais precárias em mercados de trabalho da Região Nordeste[8]; e

3. as Regiões Metropolitanas têm índices mais baixos que os espaços regionais do interior dos estados, indicando uma condição mais favorável de seus mercados de trabalho. Destaque-se que os valores, nas duas regiões do Estado de Pernambuco, se encontravam não muito distantes (0,68 em Caruaru e Entorno e 0,60 na RMR), ao

[7] Para uma caracterização global do mercado de trabalho brasileiro, ver estudo do IPEA (2006).
[8] Um estudo comparando as Regiões Metropolitanas com base em informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego foi realizado pelo DIEESE (2000).

passo que no Rio Grande do Sul, o IP referente ao AUS (0,51) era bem superior ao da RMPA (0,19), indicando condições bem mais precárias para a região do interior do Estado relativamente à sua Região Metropolitana.

GRÁFICO 10



Detalhando a análise do IP conforme as três dimensões selecionadas, verifica-se que a situação observada em cada espaço regional ocorre devido a fatores distintos, revelando, assim, peculiaridades de cada mercado de trabalho.

Desse modo, os índices mais elevados verificados para Caruaru e Entorno e na RMR resultaram das características a seguir comentadas. No caso de Caruaru e Entorno, que apresenta o IP mais alto de todos, o resultado deveu-se primordialmente às condições mais precárias de inserção ocupacional e aos baixos rendimentos do trabalho – os índices respectivos foram 0,90 e 0,85 –, uma vez que o índice da dimensão desemprego ficou bastante abaixo (0,28). Já na RMR, os baixos rendimentos e as condições de desemprego foram os principais responsáveis pelo índice geral elevado – os índices respectivos foram 0,70 e 0,63.

No AUS, o alto índice de desemprego (0,85) influenciou, preponderantemente, o valor do IP geral, vindo, em segundo plano, as outras duas dimensões, com índices próximos e não muito elevados face ao conjunto das regiões (0,32 para a inserção ocupacional e 0,35 para o rendimento).

Na RMPA, o mercado de trabalho apresentou a situação mais favorável, uma vez que os índices das três dimensões foram os mais baixos de todos frente às demais regiões, destacando-se o de rendimento (0,11), seguido do de desemprego (0,19). Aqui a inserção ocupacional (índice de 0,28) foi a dimensão que mais impactou negativamente o valor do IP geral.

Ao congregar múltiplas dimensões do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que evidencia características peculiares para cada espaço regional, os resultados do IP permitem que se obtenha uma avaliação das condições gerais dos mercados de trabalho. Sendo assim, a utilização de um índice-síntese como estratégia analítica mostrou ser esse um recurso valioso para a análise de mercados de trabalho.

Nesse sentido, os resultados do IP constituem subsídios importantes, notadamente quando o objetivo é direcionar a ação pública e da sociedade em geral para o equacionamento de problemas afetos ao mercado de trabalho.

Assim, por exemplo, para o mercado de trabalho de Caruaru e Entorno, os valores dos índices das três dimensões em apreço mostram que o desemprego não constitui o principal problema, não obstante a taxa de desemprego ser relativamente elevada. A deterioração desse mercado de trabalho está assentada nas precárias condições de inserção ocupacional e nos baixos rendimentos do trabalho, como atestam os índices relativos a essas dimensões, bem como aqueles dos indicadores respectivos (Tabela 14).

Quanto à precariedade de inserção, ela se encontra vinculada à falta de proteção social associada ao trabalho, o que se manifesta tanto na reduzida parcela de trabalhadores com vínculo legalmente contratado (apenas um quarto do total de trabalhadores), quanto na exclusão da grande maioria dos demais trabalhadores dos direitos e proteções previstos na legislação trabalhista e previdenciária (nesse grande grupo, que abrange três quartos dos trabalhadores, apenas 7,7% declararam contribuir para a Previdência Social) – Tabela M anexo.

Tais características do mercado de trabalho da Região de Caruaru e Entorno estão associadas às atividades econômicas que ali preponderam, onde se destaca o setor de vestuário. No Brasil,

tradicionalmente, esse setor é mais intensivo em mão-de-obra, caracteriza-se por um mercado de trabalho pouco estruturado, com participação elevada de trabalhadores autônomos, mão-de-obra feminina e com baixos rendimentos do trabalho[9].

TABELA 14

Índice de precarização, geral e por dimensões, na RMPA, AUS, RMR e Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

INDICADORES	RMPA	AUS	RMR	CARUARU
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutário)	0,16	0,46	0,4	0,92
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para pervidência	0,14	0,28	0,7	0,87
Tempo médio de permanência no trabalho atual	0,54	0,12	0,43	0,89
Taxa global de desemprego	0,19	0,79	0,82	0,19
Tempo médio de procura de trabalho	0,21	0,93	0,31	0,44
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,16	0,88	0,69	0,25
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,11	0,35	0,7	0,85
DIMENSÕES				
Inserção ocupacional	0,28	0,32	0,46	0,90
Desemprego	0,19	0,85	0,63	0,28
Rendimento	0,11	0,35	0,70	0,85
Indice Geral	0,19	0,51	0,60	0,68

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Em um contexto dessa natureza, mais do que ampliar oportunidades de trabalho, a ação pública deveria ser direcionada à inclusão social através do trabalho, com medidas tanto de reforço à fiscalização do trabalho, como, e principalmente, de apoio ao trabalho autônomo e a empreendimentos de pequeno porte.

O Aglomerado Urbano Sul, por seu turno, é uma região que vem apresentando pouco dinamismo econômico, integrando a chamada Metade Sul do Estado do RS, relativamente estagnada em termos econômicos e que, por essa razão, vem sendo alvo de ações governamentais visando alavancar o seu desenvolvimento.

A análise do IP geral e dos índices das dimensões do mercado de trabalho enfocadas indicou que o problema mais agudo do AUS reside na dimensão desemprego, cujo índice foi o mais elevado dentre os das regiões consideradas. Essa relação se mantém para os índices dos indicadores dessa

[9] Sobre a indústria do vestuário no Brasil, um estudo considerado clássico foi realizado por Abreu (1986). Ver também Coli (2000).

dimensão, exceção feita ao relativo à taxa global de desemprego, que ficou ligeiramente abaixo do registrado para a RMR – o mais alto de todos.

Tais características do mercado de trabalho do AUS estariam a indicar que ações visando melhorar as condições do mercado de trabalho local deveriam priorizar a criação de oportunidades de trabalho, gerando alternativas de inserção ocupacional e obtenção de rendimentos para uma parcela expressiva da população que se encontra excluída do mercado de trabalho, o que acaba por repercutir negativamente sobre a qualidade de vida de um amplo contingente da população.

Por fim, como já mencionado, a definição de ações prioritárias voltadas aos mercados de trabalho de cada região, a partir da identificação de seus problemas mais agudos, não elide a necessidade de se enfocar a questão do trabalho globalmente, tendo em vista a elevada precariedade como traço constitutivo do mercado de trabalho brasileiro.

6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO DAS REGIÕES DE CARUARU E ENTORNO E DO AGLOMERADO URBANO SUL

Considerando que o volume e a qualidade do emprego disponível numa sociedade são determinados não só pelas políticas macroeconômicas e pelo padrão tecnológico, mas também pelas instituições do mercado de trabalho, pelo sistema de relações de trabalho, **pelas políticas de bem estar social e pelas políticas de emprego,** a inclusão de quesitos relativos a ações de políticas sociais e de políticas públicas de emprego nos questionários PED Aglomerado Urbano Sul e PED Caruaru e Entorno objetivou desvendar o grau de alcance e de impacto desses instrumentos sobre mercados de trabalho não metropolitanos.

Para analisar a **relação entre a população total investigada e as políticas sociais,** foi utilizado um elenco de programas sociais de transferência de renda, dos quais se esperava identificar o grau de participação e o valor médio recebido por programa, segundo a renda familiar.

No caso das políticas públicas voltadas diretamente ao mercado de trabalho, investigaram-se: a) a **qualificação profissional da PEA,** pesquisada através da variável **realização de curso profissionalizante nos últimos 12 meses**; b) o **apoio financeiro** (crédito) ao chamado **setor informal da economia**, investigando a utilização do crédito, as razões que impedem o acesso ao mesmo e problemas enfrentados no exercício da atividade. A análise do primeiro indicador agregou a escolaridade dos indivíduos e foi realizada utilizando o recorte de sexo. A do segundo agregou o tempo de permanência na atividade (tempo de vida da atividade) e os recortes de sexo e posição no domicílio.

Em relação às economias desenvolvidas, a experiência com a organização dos serviços públicos voltados ao mercado de trabalho é recente no Brasil, ganhando maior expressão a partir dos anos 80, com o recrudescimento da falta de oportunidades de emprego, ou de emprego de boa qualidade, associado à crescente exclusão social e à elevação dos níveis de pobreza. Destaque-se que, a partir dos anos 90, a abrangência atingida pelo Seguro-Desemprego e o montante de recursos destinados às várias áreas de atuação (Seguro-Desemprego, intermediação de mão de obra, reciclagem/qualificação profissional, promoção de micro e pequenas empresas) passaram a ser bastante expressivos.

Apesar dos avanços experimentados pelo sistema público de emprego, trabalho e renda a partir dos anos 90, há forte consenso entre os estudiosos quanto à manutenção do atrelamento da

maioria dos programas à regulação do setor formal da economia, portanto, ao assalariamento regulamentado, restringindo muito sua cobertura, uma vez que, como revelam os dados sobre o mercado de trabalho, cerca da metade da população ocupada não detém vínculo formal de trabalho.

Outro aspecto que tem sido abordado diz respeito ao limite de cobertura desses programas, que atingem uma parcela muito pequena do público a que se destinam. Na aplicação da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região de Caruaru e Entorno e no Aglomerado Urbano Sul, esse fato ficou bastante evidenciado, dada a baixa ocorrência de casos de utilização de instrumentos de políticas sociais (de transferência de renda) e de trabalho e renda, especialmente os programas de crédito, sejam aqueles inseridos nas políticas de geração de emprego e renda (programas de microcrédito), sejam linhas de crédito tradicionais. Com esse resultado, a análise dessa dimensão ficou bastante restrita.

Cabe ressaltar que toda a informação referente à relação entre a população das regiões pesquisadas e as políticas públicas, devido à baixa abrangência das mesmas junto aos segmentos aos quais se destinam, resultou em um número muito pequeno de ocorrências, limitando as possibilidades analíticas e a realização de um estudo mais exaustivo. Para melhores resultados, talvez coubesse a manutenção do instrumento de coleta de dados por um período maior em campo.

Ainda na linha dos limites dessas políticas, alguns estudos têm enfatizado que o alcance restrito dessas ações frente ao tamanho do segmento que pretendem apoiar decorre de múltiplos fatores: os programas não se encontram disponíveis em suas regiões, os trabalhadores não têm informações sobre sua existência ou não sabem como acessá-los, ou, ainda, não reconhecem que lhes podem trazer ajuda.

A incidência de programas de transferência de renda em Caruaru e Entorno e no Aglomerado Urbano Sul

O elevado grau de concentração de renda tem sido um traço marcante da sociedade brasileira, com índices de desigualdade entre os mais altos do mundo, o que qualifica as iniciativas de renda mínima como instrumentos estratégicos na redução dos impactos negativos, daí decorrentes, sobre a população mais pobre.

Baseados na avaliação de experiências regionais, os programas federais de transferência monetária têm se mostrado uma forma real de ação de combate à pobreza, com características de continuidade. Os primeiros programas - Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás - desenvolveram-se, essencialmente, a partir de 2001. O Bolsa-Família, instituído mais tarde, passou a integrá-los. Outras iniciativas agregaram-se a esses programas, na grande maioria voltadas à juventude, principalmente no combate ao trabalho infantil.

Do elenco de programas de transferência de renda investigados pela PED na Região de Caruaru e Entorno, o único a destacar-se foi o Bolsa-Família, com larga margem de diferença em relação aos demais programas: 16,2% das famílias da Região de Caruaru e Entorno participavam do Programa no período da Pesquisa. Dos demais programas, apenas o Auxílio-Gás (3,7%) e o Bolsa-Escola (3,2%) – programas que passaram a integrar o Bolsa-Família - mostraram alguma presença nas famílias da Região (Tabela 15).

TABELA 15

Distribuição das famílias participantes dos programas de transferência de renda, por programa e segundo renda familiar *per capita*, na Região de Caruaru e Entorno
Set.-Nov./2006 (em Salários Mínimos)

PROGRAMA	FAMILIAS						
	Total	sem renda	<1 SM	De 1 a 2 SM	>de 2 a 3 SM	>de 3 a 5 SM	> 5 SM
Total	100,0						
Bolsa-família	16,2	11,3	19,6	3,0	.(1)	.(1)	.(1)
Pró-Jovem	0,1	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	2,2	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Bolsa-Alimentação	0,2	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Bolsa-Escola	3,2	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,9	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Benefício da Prestação Continuada - BPC	0,4	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Auxílio-Gás	3,7	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Outros	1,3	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

Das famílias que participavam do Programa, a maior parcela (19,6%) encontrava-se na faixa de renda familiar *per capita* de menos de um salário mínimo, seguida pela parcela sem renda (11,3%). Num patamar bem inferior, apenas 3,0% das famílias integrantes da Bolsa-Família auferiam renda *per capita* no intervalo de 1 a 2 salários mínimos. A maior concentração das famílias nas faixas de renda familiar *per capita* mais baixas expressa as normas e os critérios de elegibilidade do Programa que exige, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para famílias em situação de pobreza, de comprovação de renda *per capita* de R$ 60,00 a R$ 120,00 e

prevê um benefício que pode variar de R$ 15,00 a R$ 45,00; para as famílias em situação de pobreza extrema, a renda *per capita* deve ser de até R$ 60,00 e o benefício pode chegar a R$ 95,00.

Dado o pequeno volume de famílias participantes do Programa, as demais faixas de renda apresentaram um número de ocorrências muito reduzido, não permitindo sua desagregação. A renda média recebida do Programa Bolsa-Família pelos que dele participavam era de R$ 64,00 no período da Pesquisa.

Na Região do Aglomerado Urbano Sul, observou-se pouca participação das famílias em programas de transferência de renda. Dos programas investigados, o único a destacar-se foi o Bolsa-Família, com apenas 9,2% de famílias participantes no período da Pesquisa. Dada a baixa participação em programas de transferência de renda na Região, nenhum dos demais programas foi mencionado por um número significativo de famílias (Tabela 16).

TABELA 16

Distribuição das famílias participantes dos programas de transferência de renda, por programa e segundo renda familiar *per capita*, no Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (em Salários Mínimos)

PROGRAMA	FAMÍLIAS						
	Total	sem renda	<1 SM	De 1 a 2 SM	>de 2 a 3 SM	>de 3 a 5 SM	> 5 SM
Bolsa-família	9,2	4,6	15,8	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Pró-Jovem	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0,1	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Bolsa-Alimentação	0,1	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Bolsa-Escola	1,6	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,1	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Benefício da Prestação Continuada - BPC	0,1	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Auxílio-Gás	0,9	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)
Outros	0,1	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)	.(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

A renda média recebida do Programa Bolsa-Família pelos que dele participavam era de R$ 69,00 no período da Pesquisa (Tabela 17).

Essa diferença na proporção de famílias atendidas por programas de transferência de renda nas duas Regiões deve ter sua explicação no diferencial de rendimentos e de grau de precarização observados entre elas. De fato, o Aglomerado Urbano Sul, em que pesem os elevados índices de desemprego e o baixo dinamismo econômico, apresentou um índice de precarização mais baixo do

que a Região de Caruaru e Entorno, essencialmente pelos níveis mais altos de formalização da ocupação e pelos rendimentos mais elevados.

Da mesma forma, o valor monetário superior transferido pelo programa às famílias do Aglomerado Urbano Sul leva a supor que, nessa Região, tenham sido atendidas, majoritariamente, famílias em situação de extrema pobreza, cujo benefício pode atingir até R$ 95,00, conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

TABELA 17

Renda média recebida, por domicílio, por programa de transferência de renda, na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (R$)

PROGRAMA	CARUARU e ENTORNO	AGLOMERADO URBANO SUL
Bolsa-família	64	69
Pró-Jovem	.(1)	.(1)
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	.(1)	.(1)
Bolsa-Alimentação	.(1)	.(1)
Bolsa-Escola	.(1)	.(1)
Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	.(1)	.(1)
Benefício da Prestação Continuada - BPC	.(1)	.(1)
Auxílio-Gás	.(1)	.(1)
Outros	.(1)	.(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

As políticas públicas e o apoio à geração de trabalho, ocupação e renda nas regiões pesquisadas

Os primeiros movimentos de implementação de políticas de apoio ao trabalhador desempregado ocorreram a partir da década de 60, período em que as altas taxas de crescimento econômico permitiam a incorporação de parcela importante da força de trabalho no setor moderno da economia, principalmente na indústria e no setor público, ambos com alto grau de formalização. Com isso e com o excepcional desempenho da economia mundial, acreditava-se que a intensificação do crescimento da economia no Brasil geraria empregos suficientes para reverter os índices de desemprego presentes no mercado de trabalho (Cardoso Jr., 2006).

A partir dos anos 80, dada a forte crise vivida pela economia brasileira e a adoção de políticas macroeconômicas de ajuste de cunho nitidamente recessivo, consolidou-se uma visão pessimista quanto à capacidade do processo de crescimento econômico promover, concomitantemente e a taxas semelhantes às suas, uma expansão do mercado de trabalho. Deixada para trás a perspectiva desenvolvimentista, restou a questão de como enfrentar os problemas sociais resultantes do novo padrão de crescimento, principalmente no que diz respeito à exclusão de parcela expressiva de trabalhadores do mercado formal de trabalho.

O debate sobre política social ganhou novos contornos, e a questão do desemprego passou a compor a pauta dessas discussões, embasando o surgimento dos programas de geração de emprego e renda. Esses programas começaram a se implantar através da iniciativa de organizações internacionais de cooperação – bi ou multilaterais, governamentais ou privadas –, que passaram a aportar recursos financeiros e técnicos para a implantação de ações de geração de renda e ocupação (Guimarães, 2003). Na ausência de uma política de geração de ocupação e renda estruturada, com definição clara de instrumentos e base de financiamento, a atuação governamental foi, na maioria das vezes, coadjuvante nessas iniciativas.

Na segunda metade da década, período de redemocratização política do País e no bojo de novo plano de estabilização (Plano Cruzado), o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 2.284/1986, instituiu o Seguro-Desemprego. Com a Constituição de 1988 foram definidas fontes de financiamento específicas para o seguro-desemprego e as demais políticas de emprego. E, finalmente, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)[10], em 1990, constituiu-se uma estrutura institucional de financiamento para o Seguro-Desemprego, com reflexos no conjunto do sistema público de emprego[11]. Com a efetiva implementação dessa lei, pela Resolução nº 59/94 do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), surgiram os programas de geração de emprego, trabalho e renda do Governo Federal, que visavam apoiar alternativas de inserção produtiva via incentivo ao empreendedorismo e apoio à sustentabilidade de iniciativas típicas do auto-emprego.

Em que pese o expressivo número de programas de geração de emprego e renda que se constituíram a partir da criação do FAT, estes se restringiram à instituição de linhas de crédito especiais. De fato, a falta de acesso às linhas de crédito tradicionais é um entrave à constituição e ao desenvolvimento dos pequenos negócios. Todavia esse não é o único problema enfrentado pelos trabalhadores por conta própria. Pesquisas mostram que conhecimentos de gestão do negócio são tão importantes quanto os recursos financeiros para a sobrevivência dessas iniciativas. Apoio desse tipo, como foi visto, aparece somente em um dos programas (PNMPO, criado recentemente). Antes dele, essa questão foi abordada apenas através do Programa de Qualificação Profissional (PLANFOR -

[10] Lei nº 7.998/90.
[11] "A Lei nº 7.998/90 estendeu as atribuições do Programa Seguro-Desemprego, que passou a ter por finalidades prover assistência financeira temporária ao desempregado e auxiliar tais trabalhadores na busca de um novo emprego, podendo, para isso, promover a sua reciclagem profissional. Ou seja, adotava-se uma concepção de seguro-desemprego que ia além do auxílio financeiro, incorporando também os serviços de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional nos moldes dos sistemas adotados nos países desenvolvidos" (Cardoso Jr., 2006).

atualmente, Plano Nacional de Qualificação - PNQ), em cursos com módulos voltados à gestão de negócios ou ao cooperativismo.

A utilização de linhas de crédito

Alguns estudos têm enfatizado o alcance restrito dessas ações frente ao tamanho do segmento que pretendem apoiar. Um número muito pequeno de trabalhadores chega a se beneficiar desses programas, seja por não estarem disponíveis em suas regiões, seja por desconhecerem sua existência ou por não reconhecerem que podem lhes trazer ajuda.

Os resultados da PED em Caruaru e Entorno, no período investigado, corroboram essas assertivas. A grande maioria dos trabalhadores por conta própria - autônomos, pequenos empreendedores, microempresários, cooperativados, donos de negócio familiar, etc. – não utilizou crédito em suas atividades. Foi possível observar que as mulheres utilizaram mais as linhas de crédito disponíveis do que os homens. A proporção das que não utilizaram crédito foi de 95,2%, enquanto, entre os homens, foi de 96,2%. Esse comportamento se refletiu no recorte por posição no domicílio: a categoria cônjuge, majoritariamente composta por mulheres, apresentou o menor percentual de indivíduos cuja atividade ou negócio não utilizou crédito (94,2%) – Tabela 18

TABELA 18

Trabalhadores por conta própria segundo utilização de crédito, por sexo, posição no domicílio e tempo de exercício da atividade, nas Regiões de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (%)

ATRIBUTOS	CARUARU e ENTORNO		AGLOMERADO URBANO SUL	
	USO DE CRÉDITO		USO DE CRÉDITO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Homens	4,0	96,0	4,7	95,3
Mulheres	4,8	95,2	4,7	95,3
Chefes de domicílio	3,7	96,3	5,9	94,1
Conjuge	5,8	94,2	2,8	97,2
Demais membros	4,5	95,5	3,0	97,0
Trabalham a < de 1 ano (Q 44)	2,0	98,0	2,2	97,8
de 1 a 3 anos	6,6	93,4	4,2	95,8
> de 3 a 5 anos	4,8	95,2	10,4	89,6
> de 5 anos	4,8	95,2	4,7	95,3

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

Observando-se a utilização do crédito sob a ótica do tempo de exercício da atividade ou do tempo de existência do negócio, vê-se que a maior proporção de não utilização ocorreu entre os que

exercem a atividade a menos de um ano (98,0% não utilizaram crédito), e a menor (93,4%) entre os que exerciam sua atividade por um período de um a três anos (Tabela 19).

TABELA 19

Distribuição dos trabalhadores por conta própria segundo dificuldades de acesso ao crédito,
Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (%)

MOTIVOS	CARUARU e ENTORNO	AGLOMERADO URBANO SUL
Não tem as garantias exigidas	13,8	9,4
Juros e encargos financeiros são muito altos	11,0	.(1)
Existe demora na liberação do crédito	.(1)	.(1)
Linhas de crédito inadequadas às necessidades	.(1)	.(1)
Não sabe onde procurar	.(1)	.(1)
Já tinha empréstimo em vigor	.(1)	.(1)
Outro	.(1)	.(1)
Não necessitou/não gosta	70,4	84,4

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

As dificuldades para obter crédito apontadas por aqueles que o buscaram se restringiram à falta das garantias exigidas (13,8%) e aos patamares elevados dos juros e encargos financeiros (11%).

No Aglomerado Urbano Sul, no período investigado, os resultados da PED não divergem muito do que foi observado em Caruaru e Entorno. O número de trabalhadores por conta própria - autônomos, pequenos empreendedores, micro-empresários, cooperativados, donos de negócio familiar, etc. – que utilizaram crédito em suas atividades foi muito pouco significativo, a ponto de não permitir um aprofundamento da análise desses instrumentos de política de apoio à geração de ocupação e renda. A proporção dos que não utilizaram crédito foi de 95,3%. Num olhar sob a perspectiva da posição no domicílio, percebeu-se que os que ocupavam a posição de chefes de domicílio utilizaram mais o crédito que os demais: a proporção de não-utilização foi de 94,1%.

Observando-se a utilização do crédito sob a ótica do tempo de exercício da atividade ou do tempo de existência do negócio, a maior proporção de não utilização foi observada entre os que exercem a atividade a menos de um ano (97,8% não utilizaram crédito), e a menor (89,6%), entre os que exerciam sua atividade por um período de um a três anos. As dificuldades para obter crédito,

apontadas por aqueles que o buscaram se restringiram à falta das garantias exigidas e foram apontadas por 9,4% dos trabalhadores.

As dificuldades enfrentadas na atividade

Na avaliação dos problemas enfrentados pelos trabalhadores em suas atividades por conta própria, os resultados da PED na Região de Caruaru e Entorno apontaram como principais dificuldades a comercialização dos produtos – composta por vendas (20,8%) e preços baixos (7,8%) – e a falta de capital (14,6%), esta última indicando que crédito, ainda que pouco utilizado, permanece como um entrave para os pequenos negócios (Tabela 20).

TABELA 20

Dificuldades enfrentadas pelas empresas, cooperativas ou negócios na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (%)

DIFICULDADES	CARUARU e ENTORNO	AGLOMERADO URBANO SUL
Vendas	20,8	21,8
Preços baixos	7,8	8,8
Instalações inadequadas	.(1)	6,9
Divulgação	.(1)	.(1)
Falta de assiatência técnica	.(1)	,(1)
Altos impostos	.(1)	8,8
Falta de capital	14,6	6,3
Outros	20,2	13,1

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

No Aglomerado Urbano Sul, uma gama maior de dificuldades foi apontada, embora também liderada pela questão da comercialização – vendas (21,8%) e preços baixos (8,8%) -, seguida dos altos impostos (8,8%). A questão do crédito aparece com peso bem menor do que na Região de Caruaru e Entorno (6,3%).

A Qualif icaçã o Profissional da Populaçã o em Idade Ativa das Regiões pesquisadas

Na Região de Caruaru e Entorno, uma proporção muito pequena da População em Idade de Ativa já havia realizado algum curso de educação profissional (cursos de qualificação/capacitação profissional): 8,0% da PIA masculina e 10,5% da PIA feminina. Essa proporção aumenta numa relação direta com o nível de escolaridade, chegando a 23,8% para a PIA com ensino médio completo e a 35,8% para a PIA com nível superior completo. Considerando-se a posição no domicílio, a realização de cursos é pequena para chefes e cônjuges, assemelhando-se aos resultados apurados para o recorte por sexo[12], mas chega a 12,8% para demais membros (filhos, outros parentes e agregados) – Tabela 21.

TABELA 21

População em Idade Ativa, segundo realização de curso de qualificação/capacitação profissional por sexo, escolaridade e posição no domicílio na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (%)

ATRIBUTOS	CARUARU e ENTORNO			AGLOMERADO SUL		
	SIM		NÃO	SIM		NÃO
	Gratuito	Pago		Gratuito	Pago	
Sexo						
Homens	3,1	4,9	92,0	7,5	6,5	86,0
Mulheres	3,6	6,9	89,5	5,8	8,0	86,2
Escolaridade						
Analfabeto	.(1)	.(1)	99,8	.(1)	.(1)	.(1)
Fundamental incompleto	1,5	3,0	95,5	3,1	3,1	93,8
Fundamental completo	.(1)	9,5	85,8	6,6	8,8	84,6
Médio completo	9,1	14,7	76,2	10,8	14,5	74,7
Superior completo	.(1)	22,0	64,2	21,0	11,7	67,3
Posição no domicilio						
Chefe de domicílio	2,9	3,4	93,7	7,5	4,8	87,7
Conjuge	.(1)	4,8	92,3	4,8	6,2	89,0
Demais membros	4,0	8,8	87,2	6,1	10,6	83,3

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE
(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

Entre a População Economicamente Ativa, a relação mostrou-se um pouco melhor, com uma proporção mais elevada de indivíduos com educação profissional: 9,3% dos homens e 16,7% das mulheres. Considerando-se os níveis de escolaridade, a proporção de indivíduos com realização de cursos de qualificação/capacitação profissional na Região de Caruaru e Entorno, no período set.-

[12] Esse resultado parece ser compatível com a *performance* por sexo, uma vez que os homens ainda detêm a chefia da maioria dos domicílios.

nov./06, atingia 41,2% entre os que detinham curso superior completo e 25,8% para aqueles com ensino médio completo. Quanto à posição no domicílio, a análise da PEA assemelha-se ao que foi visto em relação à PIA, mas seus resultados são melhores e, entre os que ocupam a posição de demais membros, a proporção de indivíduos com educação profissional chegava a 17,3% (Tabela 22).

Dentre os que realizaram cursos de qualificação profissional, enfocando-se tanto a PIA quanto a PEA, a maior parcela o fez em instituições e escolas privadas de formação profissional, sendo que as mulheres em maior medida do que os homens: na PEA, as proporções foram de 63,6% e de 58,1%, respectivamente, para mulheres e homens. Essa informação não surpreende se se considerarem os resultados do Censo de Educação Profissional, realizado pelo MEC, em 1999, o qual mostrou que a maior oferta de cursos profissionalizantes existentes no País era privada. Esse percentual pode ter-se alterado nos últimos anos – não foi identificada nenhuma informação mais recente – dado o desenvolvimento dos programas de formação profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, que se constituem numa alternativa gratuita de qualificação.

TABELA 22

População Economicamente Ativa, segundo realização de curso de qualificação/capacitação profissional por sexo, escolaridade e posição no domicílio na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Urbano Sul
Set.-Nov./2006 (%)

ATRIBUTOS	CARUARU e ENTORNO			AGLOMERADO URBANO SUL		
	SIM		NÃO	SIM		NÃO
	Gratuito	Pago		Gratuito	Pago	
Sexo						
Homens	3,9	5,4	90,7	10,1	7,2	82,7
Mulheres	6,1	10,6	83,3	10,4	11,2	78,4
Escolaridade						
Analfabeto	.(1)	.(1)	99,6			
Fundamental incompleto	.(1)	3,5	94,7	4,1	2,7	93,2
Fundamental completo	5,8	9,9	84,3	9,4	8,3	82,3
Médio completo	10,7	15,1	74,2	13,7	16,0	70,3
Superior completo	.(1)	25,2	58,8	26,3	14,0	59,7
Posição no domicilio						
Chefe de domicílio	3,9	4,7	91,4	11,0	6,6	82,4
Conjuge	.(1)	7,3	87,8	9,8	9,2	81,0
Demais membros	6,0	11,3	82,7	9,5	12,8	77,7

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

Aproximadamente a metade da PIA que realizou curso de qualificação/capacitação profissional foi indicada pelo empregador atual ou anterior, o que permite supor que uma parcela importante realizou o curso na empresa onde trabalha/trabalhou ou em instituição contratada por ela.

Outro requisito destacado por 23,6% da PIA com educação profissional foi a exigência de ser estudante ou ter concluído algum grau específico de escolaridade (Tabela 23).

Já para o Aglomerado Urbano Sul, os resultados da PED, no período pesquisado, revelaram que uma proporção nada desprezível da População em Idade de Ativa já havia realizado algum curso de educação profissional (cursos de qualificação/capacitação profissional): 14,0% da PIA masculina e 13,8% da PIA feminina. Essa proporção aumenta numa relação direta com o nível de escolaridade, chegando a 25,3% entre a PIA com ensino médio completo e a 32,7% para a PIA com nível superior completo. Considerando-se a posição no domicílio, a realização de cursos é maior para chefes (12,3%) do que para cônjuges (11,0%), assemelhando-se aos resultados apurados para o recorte por sexo[13], mas chega a 16,7% para os demais membros (filhos, outros parentes e agregados).

TABELA 23

População em Idade Ativa que realizou cursos de qualificação/capacitação profissional, segundo requisitos exigidos, na Região de Caruaru e Entorno e Aglomerado Sul
Set.-Nov./2006 (%)

REQUISITOS	CARUARU e ENTORNO	AGLOMERADO URBANO SUL
Estar associado a algum sindicato ou cooperativa	.(1)	10,1
Estar desempregado/sem trabalho	.(1)	.(1)
Comprovar renda	.(1)	.(1)
Ser estudante ou ter algum grau de instrução concluido	23,6	27,8
Ser indicado por empregador atual ou anterior	50,5	44,5
Outro	.(1)	14,9

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/098-2005, Item 5. Metodologia PED - DIEESE/SEADE

(1) A amostra não permite desagregação para essa alternativa.

Na População Economicamente Ativa, observou-se uma proporção mais elevada de indivíduos com educação profissional: 17,3% dos homens e 22,6% das mulheres. Considerando-se os níveis de escolaridade, a parcela de indivíduos com realização de cursos de qualificação/capacitação profissional no Aglomerado Urbano Sul, no período set.-nov./06, atingia o nível de 40,3% entre os que possuíam curso superior completo e de 29,7% para aqueles com ensino médio completo. Quanto à posição no domicílio, a análise da PEA não difere do que foi visto em relação à PIA, mas seus resultados são melhores, e, entre os que ocupam a posição de demais membros, a proporção de indivíduos com educação profissional chegava a 22,3%.

[13] Esse resultado parece ser compatível com a *performance* por sexo, uma vez que os homens ainda detêm a chefia da maioria dos domicílios.

Entre a PEA que realizou cursos de qualificação profissional, observou-se uma tendência das mulheres e demais membros da família (categoria composta, principalmente, pelos filhos) pela realização de cursos pagos, provavelmente em instituições e escolas privadas. Por um lado, esse fato chama atenção uma vez que esses segmentos – mulheres e jovens – têm sido privilegiados como públicos prioritários nos programas de qualificação profissional do sistema público de emprego, trabalho e renda, que são gratuitos. Por outro, tratando-se de segmentos que enfrentam maiores dificuldades de entrada no mercado de trabalho, a qualificação torna-se um instrumento valioso na competição por um posto de trabalho, justificando o investimento. Ademais, ao se considerar os resultados do Censo de Educação Profissional, realizado pelo MEC, em 1999, o qual mostrou que mais de 80% da oferta de cursos profissionalizantes existente no Rio Grande do Sul era privada, não surpreende que parcela ainda elevada da força de trabalho busque qualificar-se na rede privada. Esse percentual pode ter se alterado nos últimos anos – não foi identificada nenhuma informação mais recente – dado o desenvolvimento dos programas de formação profissional do SPETR, que se constituem numa alternativa gratuita de qualificação.

No entanto, os segmentos da PEA com menor escolaridade (fundamental incompleto e fundamental completo), também prioritários, haviam realizado, em maior medida, cursos de qualificação/capacitação gratuitos.

Quanto aos requisitos exigidos para a realização dos cursos, à semelhança da Região de Caruaru e Entorno, a maior parcela da PIA (44,5%) com qualificação/capacitação profissional precisou de indicação do empregador atual ou anterior, supondo-se a realização do curso na empresa onde trabalha/trabalhou ou em instituição contratada/conveniada por/com ela. O outro requisito destacado por 27,8% da PIA do Aglomerado Urbano Sul com educação profissional também foi a exigência de ser estudante ou de ter concluído algum grau específico de escolaridade. Distintamente, o requisito de estar associado a algum sindicato ou cooperativa foi condição para 10,1% da PIA que haviam realizado algum curso de qualificação profissional nesta última Região, fato que pode estar associado ao maior grau de formalização do mercado de trabalho local.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO ESTATÍSTICO

Anexo Estatístico

Tabela A
Taxas de participação e de desemprego e tempo médio de procura por emprego na Região Metropolitana de Recife - Set., Out. e Nov. de 2006

(%)

ATRIBUTOS	Taxa de desemprego				Tempo médio de procura (meses)	Taxa de Participação
	Total	Aberto	Oculto			
			Trabalho precário	Desalento		
Total	21,3	13,3	4,7	3,3	10	51,6
Sexo						
Homens	18,0	9,8	6,2	(1)	11	61,2
Mulheres	25,2	17,6	2,8	4,8	10	43,5
Idade (anos)						
de 10 a 15 anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	38,2	27,0	5,8	5,4	9	56,7
De 25 a 39 anos	20,8	12,3	5,1	3,4	11	76,2
40 anos e mais	10,4	5,3	(1)	(1)	12	45,9
Posição no domicílio						
Chefe	12,1	5,6	4,9	(1)	11	63,2
Cônjuge	20,6	12,9	(1)	(1)	9	45,8
Demais membros	31,0	21,4	4,9	4,7	10	45,8

Fonte:Convênio DIEESE/SEADE e MTE/FAT.
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Tabela B
Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica, na Região Metropolitana de Recife - Set., Out. e Nov. de 2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos	Outros
Total	100,0	9,0	19,3	53,9	4,4	9,0	4,4
Sexo							
Homens	100,0	12,2	18,4	54,7	7,6	(1)	5,7
Mulheres	100,0	4,8	20,4	52,8	(1)	19,1	(1)
Idade (anos)							
de 10 a 15 anos	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	100,0	9,1	22,8	53,0	(1)	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	10,7	19,0	52,4	4,0	10,0	3,9
40 anos e mais	100,0	7,2	17,8	56,0	5,4	9,5	4,1
Escolaridade							
Analfabeto	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	100,0	9,4	17,5	40,5	17,1	8,5	7,0
Ensino fundamental completo	100,0	9,5	22,4	50,9	(1)	9,7	(1)
Ensino médio completo	100,0	10,2	22,1	61,2	(1)	(1)	(1)
Ensino superior completo	100,0	(1)	(1)	84,6	(1)	(1)	(1)

Fonte:Convênio DIEESE/SEADE e MTE/FAT.
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Tabela C
Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Recife - Set., Out. e Nov. 2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Assalariados					Autônomos	Empregados domésticos	Outros
		Total	Setor público	Setor Privado					
				total	com carteira	sem carteira			
Total	100,0	59,7	13,2	46,4	36,1	10,3	23,5	9,0	7,8
Sexo									
Homens	100,0	64,2	11,7	52,5	41,2	11,3	25,6	(1)	8,9
Mulheres	100,0	53,7	15,1	38,6	29,5	9,1	20,7	19,1	6,5
Idade (anos)									
de 10 a 15 anos	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	84,4	68,9	(1)	60,4	40,2	20,2	17,5	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	65,1	9,9	55,2	45,1	10,1	19,4	10,0	5,5
40 anos e mais	100,0	49,9	19,0	30,8	25,0	5,8	30,6	9,5	10,0
Escolaridade									
Analfabeto	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	41,0	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto	100,0	41,8	(1)	38,8	27,2	11,6	34,6	17,1	6,5
Ensino fundamental completo	100,0	55,0	(1)	47,8	35,4	12,4	25,7	9,7	9,6
Ensino médio completo	100,0	73,4	16,8	56,6	46,3	10,3	16,7	(1)	6,7
Ensino superior completo	100,0	79,5	44,6	34,9	30,0	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte:Convênio DIEESE/SEADE e MTE/FAT.
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Tabela D
Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS
Total de Ocupados	**635**
Indústria	663
Comércio	586
Serviços	754
Construção Civil	(1)
Serviços Domésticos	274
Demais	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.
Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela E
Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana do Recife
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	RENDIMENTOS
Total de Ocupados	**635**
Assalariados (1)	719
Do Setor Privado	590
Com Carteira Assinada	649
Sem Carteira Assinada	378
Do Setor Público	1.193
Autônomos	378
Trabalha para o Público	369
Trabalha para Empresa	(3)
Empregadores	(3)
Empregados Domésticos	274
Demais (2)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.
(2) Inclui dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: INPC-RMR/IBGE/PE.
Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela G
Taxas de participação e de desemprego e tempo médio de procura por emprego na
Região Metropolitana de Porto Alegre - set, out e nov/2006

(%)

ATRIBUTOS	Taxa de desemprego			Taxa de Participação	Tempo médio de procura (meses)
	Total	Aberto	Oculto		
Total	13,7	10,0	3,7	57,9	9
Sexo					
Homens	11,3	7,8	3,5	66,3	8
Mulheres	16,5	12,5	4,0	50,3	9
Idade (anos)					
De 16 a 24 anos	26,4	21,4	5,0	69,2	8
De 25 a 39 anos	12,3	8,7	3,6	83,5	9
40 anos e mais	7,3	4,2	2,9	51,7	11
Posição no domicílio					
Chefe	8,1	4,9	3,2	67,7	9
Cônjuge	12,5	8,9	3,6	55,8	10
Demais membros	22,6	18,0	4,6	49,0	8

Fonte:Convênio FEE, FGTAS-SINE/RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela H
Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica, na Região Metropolitana de Porto Alegre - set, out e nov./2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos
Total	100,0	17,4	17,6	53,1	5,0	6,5
Sexo						
Homens	100,0	20,7	17,5	52,3	8,7	(1)
Mulheres	100,0	13,3	17,7	54,1	(1)	14,4
Idade (anos)						
De 16 a 24 anos	100,0	19,6	24,7	48,9	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	18,9	17,7	53,8	4,0	5,4
40 anos e mais	100,0	14,9	14,2	54,5	6,7	9,2
Escolaridade						
Ensino fundamental incompleto	100,0	21,7	14,7	36,0	12,0	15,2
Ensino fundamental completo	100,0	19,6	21,5	45,1	(1)	8,2
Ensino médio completo	100,0	16,8	21,5	58,4	(1)	(1)
Ensino superior completo	100,0	(1)	(1)	85,0	(1)	(1)

Fonte:Convênio FEE, FGTAS-SINE/RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

Tabela I
Distribuição dos ocupados, seguno atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre - set, out e nov/2006

(%)

ATRIBUTOS	Total	Assalariados					Autônomos	Empregados domésticos	Outros
		Total	Setor público	Setor privado					
				total	com carteira	sem carteira			
Total	100,0	67,2	12,8	54,4	45,3	9,1	16,8	6,6	9,4
Sexo									
Homens	100,0	69,4	10,8	58,6	49,3	9,4	20,0	(1)	10,2
Mulheres	100,0	64,3	15,3	49,1	40,3	8,8	12,8	14,4	8,5
Idade (anos)									
De 16 a 24 anos	100,0	85,5	8,8	76,7	56,0	20,7	7,9	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	71,7	10,6	61,1	53,6	7,5	14,4	5,4	8,5
40 anos e mais	100,0	54,7	16,7	38,0	33,0	5,0	23,2	9,2	12,9
Escolaridade									
Ensino fundamental incompleto	100,0	52,0	3,3	48,7	39,1	9,7	26,9	15,2	5,9
Ensino fundamental completo	100,0	66,8	6,1	60,7	49,1	11,7	17,4	8,2	7,6
Ensino médio completo	100,0	78,2	15,1	63,1	54,0	9,1	12,8	(1)	7,1
Ensino superior completo	100,0	67,2	35,6	31,7	27,5	(1)	(1)	(1)	26,2

Fonte:Convênio FEE, FGTAS-SINE/RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
(1) A amostra não comporta desagragação para essa categoria

Tabela J
Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS
Total de Ocupados	**956**
Indústria	910
Comércio	792
Serviços	1.125
Construção Civil	(1)
Serviços Domésticos	423
Demais	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela K
Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Porto Alegre
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

(em R$ de outubro de 2006)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	RENDIMENTOS
Total de Ocupados	**956**
Assalariados (1)	977
Do Setor Privado	834
Com Carteira Assinada	878
Sem Carteira Assinada	607
Do Setor Público	1.612
Autônomos	764
Trabalha para o Público	675
Trabalha para Empresa	(3)
Empregadores	(3)
Empregados Domésticos	423
Demais (2)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
(1) Inclui os assalariados que não declaram o setor institucional em que trabalham.
(2) Inclui dono de negócio familiar, profissional universitário autônomo e empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.
Obs: Os rendimentos auferidos referem-se ao mês imediatamente anterior ao da realização da pesquisa.

Tabela M
Valores observados dos indicadores componentes do índice de precarização
Região Metropolitana do Recife, Região Metropolitana de Porto Alegre
Aglomerado Urbano Sul e Município de Caruaru e Entorno
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

INDICADORES	RMR	RMPA	AUS	CARUARU
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutário)	46,1	56,0	44,1	24,7
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para previdência	15,7	37,3	30,9	7,7
Tempo médio de permanência no trabalho atual (em meses)	74,0	72,0	81,0	64,0
Taxa global de desemprego	21,3	13,7	20,8	13,7
Tempo médio de procura de trabalho (em meses)	10,0	9,0	16,0	11,0
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	12,1	8,1	13,9	8,9
Rendimento médio real por hora trabalhada (1)	3,3	5,3	4,4	2,7

FONTE: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
(1)Valores em reais a preços de outubro de 2006, atualizados pelo INPC/RMR-IBGE e IPC-IEPE/RS.

ANEXO 2

Anexo Metodológico

Anexo Metodológico

Pesquisa de Emprego e Desemprego

1. Principais conceitos

PIA - População em Idade Ativa - população com 10 anos e mais.

PEA - População Economicamente Ativa - parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupados - conjunto de pessoas que:

- possuem trabalho remunerado exercido com regularidade;

- possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas sem procura de trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias;

- possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir.

- **Desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

- **Desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício.

- **Desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) - parcela da PIA que não está ocupada nem desempregada.

2. Principais indicadores

Taxa global de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

Taxa de desemprego total é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Taxa de ocupação é igual à relação ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. R. de P. **O avesso da moda – trabalho a domicílio na indústria da confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CAMARANO, A. et al. **Os jovens no mercado de trabalho**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Rio de Janeiro: IPEA, v. 6, n. 17, p. 31-39, 2001.

CARDOSO JR, José Celso et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo.** Texto para discussão nº 1237. IPEA, novembro de 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/default.jsp. Acesso em:06 . Acesso em 07/12/2006.

DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. **A construção social dos papéis sexuais femininos.** Psicologia reflexão e crítica. Porto Alegre, v. 13, n. 3, 2000.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 352 p., 2001.

DIEESE. **Jovens no mercado de trabalho**.In:_. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

FREIRE, José A. **Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente?** ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11. **Anais.** Vitória: SBEP, 2006.

FURTADO, Adolfo. **As políticas de emprego e seus dilemas.** Cadernos Aslegis 20.

GALEAZZI, I. M. S., et al. **Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades.** Mulher e Trabalho. Porto Alegre: FEE, v. 3, p. 9-35, 2003.

GUIMARÃES, Nadya. A. HIRATA, Helena, MONTAGNER, Paula, SUGITA, Kurumi. Desemprego: instituições, atores e políticas numa perspectiva comparativa. Simpósio "El trabajo como base de la política social", **Anais**.... Osaka, setembro 2003.

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília, IPEA, 2006.

KRELING, N. H. **A inserção do adulto maior de 40 anos no mercado de trabalho: ocupação e desemprego na RMPA**. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre: FEE, v. 31, n. 4, p. 181-201, 2004.

MARQUES, E., et al. **Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Mulher e Trabalho. Porto Alegre: FEE, v. 4, p. 9-28, 2004.

MILLER, Lílian M. **A qualidade do emprego em serviços: análise dos anos 1990 no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 168 p., 1999.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000

SABOIA, João L. M. **Um Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 6. *Anais...* ABET, 1999. Disponível em: http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST7B.doc Acesso em: 13/03/2002.

SISTEMA PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. **O Mercado de trabalho de Caruaru e Entorno.** Abril de 2007. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/caruaru/pedCaruaru0407.pdf

SISTEMA PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. **O Mercado de trabalho no Aglomerado Urbano Sul.** Abril de 2007. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/pelotas/pedPelotas0407.pdf.

THEODORO, Mario. **As bases da política de apoio ao setor no Brasil.** IPEA, texto para discussão nº 762. Brasília, setembro de 2000.

TONI, Míriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho - um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia-IFCH-PPGS/UFRGS, 2006, 380p.